



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA

MAYRES LANE PEQUENO DOS SANTOS SILVA

**PREFERÊNCIAS POR COTAS ELEITORAIS: ATITUDES EM RELAÇÃO A
GRUPOS SUB-REPRESENTADOS E APOIO A COTAS DE GÊNERO E RAÇA**

RECIFE (PE)

2025

MAYRES LANE PEQUENO DOS SANTOS SILVA

ATITUDES EM RELAÇÃO A GRUPOS MARGINALIZADOS E PREFERÊNCIAS POR
COTAS ELEITORAIS

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção do
título de mestre em Ciência Política. Área
de concentração: Democracia e
Instituições.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nara de Carvalho Pavão
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Malu A. C. Gatto

RECIFE (PE)

2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

Mayres Lane Pequeno

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política. Área de concentração: Democracia e Instituições.

Aprovada em: _____ / _____ / _____

Banca Examinadora

Nara de Carvalho Pavão
Universidade Federal de Pernambuco

Malu Gatto
University College London

Débora Thomé
Fundação Getulio Vargas

Pedro dos Santos
College of Saint Benedict and Saint John's University

Data do Depósito: _____ / _____ / _____

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Silva, Mayres Lane Pequeno Dos Santos.

Preferências por cotas eleitorais: atitudes em relação a grupos sub-representados e apoio a cotas de gênero e raça / Mayres Lane Pequeno Dos Santos Silva. - Recife, 2025.

85f.: il.

Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2025.

Orientação: Nara de Carvalho Pavão.

Coorientação: Malu A. C. Gatto.

1. Cotas de gênero; 2. Cotas de raça; 3. Atitudes; 4. Survey;
5. Experimentos. I. Pavão, Nara de Carvalho. II. Gatto, Malu A.
C. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Ata da defesa/apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política - CFCH da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 29 de agosto de 2025.

ATA Nº 1

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2025, às 10h, em sessão pública realizada de forma remota, teve início a defesa/apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso intitulada Preferencias por Cotas Eleitorais: Atitudes em Relação a Grupos Sub-Representados e Apoio a Cotas de Gênero e Raça do(a) mestrando(a) MAYRES LANE PEQUENO DOS SANTOS SILVA, na área de concentração Democracia e Instituições, sob a orientação do(a) Prof.(a) NARA DE CARVALHO PAVAO. A Comissão Examinadora foi aprovada pelo colegiado do programa de pós-graduação em 29/08/2025, sendo composta pelos examinadores: NARA DE CARVALHO PAVAO; DÉBORA THOMÉ COSTA; PEDRO DE ABREU GOMES DOS SANTOS. Após cumpridas as formalidades conduzidas pelo(a) presidente(a) da comissão, professor(a) NARA DE CARVALHO PAVAO, o(a) candidato(a) ao grau de Mestre(a) foi convidado(a) a discorrer sobre o conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso. Concluída a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) pela Comissão Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder, ao mesmo, a menção APROVADO. Para a obtenção do grau de Mestre(a) em Ciência Política, o(a) concluinte deverá ter atendido todas às demais exigências estabelecidas no Regimento Interno e Normativas Internas do Programa, nas Resoluções e Portarias dos Órgãos Deliberativos Superiores, assim como no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade, observando os prazos e procedimentos vigentes nas normas.

Dra. DÉBORA THOMÉ COSTA

Examinadora Externa à Instituição

Dr. PEDRO DE ABREU GOMES DOS SANTOS

Examinador Externo à Instituição

Dra. NARA DE CARVALHO PAVAO, UFPE

Presidente

MAYRES LANE PEQUENO DOS SANTOS SILVA

Mestrando(a)

AGRADECIMENTOS

Escrevo essa página com uma enorme dificuldade de compreender que consegui. Eu consegui, mas isso se deve a tantas mãos, e eu quero mencionar algumas delas nesse momento.

Quero agradecer imensamente à CAPES pela bolsa de mestrado fornecida nesse tempo de pesquisa. Dar o passo inicial para sair de Utinga, Alagoas, e vir a Recife fazer o Mestrado foi um passo dado na vida do qual eu tenho imenso orgulho. Quero agradecer ao Departamento de Ciência Política da UFPE, ao qual sou extremamente grata pela sólida formação que tive.

Meu coração fica muito feliz ao lembrar que a Dra. Nara Pavão me acolheu e, com toda paciência, deixava seus comentários e norteava os próximos passos dessa pesquisa, mesmo diante de todas as minhas limitações.

Quero agradecer ao professor Davi Moreira que, mesmo sem acompanhar meu trabalho, foi a pessoa que aperfeiçoou a minha formação em Métodos Quantitativos.

No dia que pisei meus pés em Recife, ela ainda não sabe disso, mas foi o dia em que me tornei auxiliar de pesquisa quantitativa da professora Malu Gatto no Instituto Update. Essa remuneração seria de total importância para minha manutenção presencial em Recife. Meu agradecimento especial a ela, que se tornou minha coorientadora nesse processo e, como uma excelente cientista, não teve por apreço manter os dados de seu survey somente para si, mas os compartilhou com uma pesquisadora iniciante, que agora por causa dela sabe um pouco mais o que é ciência e experimentos.

Quero agradecer à banca examinadora formada para comentar e validar esta Dissertação. A Dra. Débora Thomé tem sido um exemplo para mim não só como pesquisadora, mas como um ser humano de olhar extremamente aguçado e cheio de força para esta vida. Sua luta em defesa da representação de grupos marginalizados no Brasil me inspira. Gratidão ao professor Pedro dos Santos, referência em estudos de representação, que disponibilizou seu tempo e energia para comentar este trabalho.

Eu li o livro *Candidatas* enquanto escrevia essa dissertação e ele foi de total importância para compreender que o assunto desta dissertação perpassa a vida de muitas mulheres negras no Brasil que lutam há anos para ter uma vida política na “fé e na raça”.

Eu fiz este mestrado enquanto ocupava um cargo de gestão na Prefeitura do Recife. Gratidão à Marcela Pereira pela paciência e por tantas vezes abrir mão de mim para executar minhas atividades de mestrado, e à minha equipe por todo o suporte na execução das atividades diárias: Alexsandra, Ivan, Elaine e Renata. Muito obrigada!

Às minhas amigas Alexsandra Amorim, Georgia Ribeiro e Luisa Lima, vocês foram as melhores parceiras de pós-graduação que eu poderia ter. Um agradecimento especial à Renata Cavalcanti e Bhreno Vieira, o conhecimento partilhado por vocês nas monitorias foi essencial. Aos colegas do Grupo de Pesquisa de Comportamento Político, especialmente a pessoa de Leonardo Gill, obrigada pela parceria.

Às amigas de jornada, Thais Galvão, Débora Moreira e Laura Melo, obrigada por lerem meu trabalho.

Agradeço a minha comunidade de fé, Igreja Batista Imperial, por me encorajar e orar por mim.

Quero agradecer a Dona Lourdes, minha avó, por ter aguentado o sol escaldante nas plantações de fumo, cana-de-açúcar e algodão. Terminar este mestrado lembrando de sua trajetória de marginalização me deu força para abrir este arquivo nos dias mais sombrios.

Quero agradecer aos meus pais, Paulo e Quitéria por um dia terem passado em frente à Universidade federal e terem dito que queriam me ver lá. Essa frase cravou meu coração e busquei esse objetivo.

Quero agradecer ao meu marido, Klay Monteiro. Conseguimos! Seu suporte no dia a dia foi essencial para que eu pudesse gastar um tempo a mais neste arquivo. Obrigada por tantas vezes em que eu estive triste e cansada, você pegou em minha mão e desenhou um novo cronograma do que eu deveria fazer nos próximos dias.

Por fim, a Deus, criador de todas as coisas, que se relaciona com o humano, ama, resgata e faz a sua Justiça a todos os povos marginalizados e oprimidos.

Para Dona Lourdes, minha avó.

RESUMO

Alguns grupos têm sido tradicionalmente excluídos de cargos políticos. Este é o caso de mulheres, pessoas negras, jovens e pessoas LGBTQI+. Para promover a representação de grupos específicos, alguns países adotam políticas de cotas eleitorais. As cotas baseadas em gênero são as mais populares de tais instituições e estão presentes em mais de 130 países. Embora tenha existido um forte impulso global para promover a difusão das cotas de gênero nas últimas três décadas, o mesmo não aconteceu com outros tipos de cotas. Diante da disparidade de implementação entre as cotas de gênero e as cotas raciais, a presente dissertação investiga e busca responder às seguintes perguntas: Qual é o nível de apoio às cotas de gênero e raciais no Brasil? Indivíduos apresentam níveis distintos de apoio a esses dois tipos de cotas? Eles apoiam mais as cotas de gênero do que as cotas raciais? Quais fatores podem explicar o apoio a esses dois tipos de cota? Partindo da lacuna na literatura sobre os fatores que moldam as atitudes dos cidadãos em relação a diferentes tipos cotas, o objetivo central foi analisar os determinantes da opinião pública, mensurando as diferenças de apoio e explicando-as a partir de fatores como estereótipos, identidade de grupo, ideologia e a percepção de custo. A abordagem metodológica foi quantitativa, utilizando dados de um survey nacional com 2.020 entrevistas, realizado em 2020, que incorporou duas manipulações experimentais para estabelecer inferências causais. Os principais achados indicam que o apoio às cotas de gênero é superior ao apoio às cotas raciais, sendo a oposição às cotas raciais maior que a gênero. Demonstro também que o apoio e rejeição a ambas as políticas é determinado mais por motivos ideológicos e por atitudes sexistas do que pelo pertencimento direto ao grupo beneficiado. O enquadramento da política em uma perspectiva de custo para o grupo majoritário, sejam homens ou pessoas brancas, diminui significativamente o apoio às cotas, com um efeito negativo mais acentuado para as cotas raciais. Também evidencio que a ancoragem no debate sobre cotas de gênero, uma política mais consolidada, eleva o apoio às cotas raciais, sugerindo um caminho estratégico e promissor para ampliar a legitimidade de cotas eleitorais para grupos racializados.

Palavras-Chave: Cotas de Gênero; Cotas de Raça; Atitudes; Survey; Experimentos.

ABSTRACT

Some groups have traditionally been excluded from political office. This is the case for women, marginalized racial groups, young people, and LGBTQI+ individuals. To promote the representation of specific groups, some countries adopt quota policies. Gender-based quotas are the most popular of such institutions and are present in more than 130 countries. Although there has been a strong global push to promote the spread of gender quotas over the past three decades, the same has not happened with other types of quotas. Given this disparity, this dissertation investigates and seeks to answer the following questions: What is the level of support for gender and racial quotas in Brazil? Do individuals show different levels of support for these two types of quotas? Do they support gender quotas more than racial quotas? What factors can explain support for these two types of quotas? Based on the gap in the literature on the factors that shape citizens' attitudes toward different types of quotas, the main goal of this research is to document differences in support for different quotas and to explain attitudes toward them based on factors such as stereotypes, group identity, ideology, and perceived cost. The methodological approach was quantitative, using data from a national survey of 2,020 interviews conducted in 2020, which incorporated two experimental manipulations to establish causal inferences. The main findings indicate that the support for gender quotas is higher than support for racial quotas, with opposition to racial quotas greater than gender quotas. I also demonstrate that support and rejection of both policies are determined more by ideological reasons and sexist attitudes than by direct membership of the beneficiary group. Framing the policy in terms of cost to the majority group, whether men or white people, significantly reduces support for quotas, with a more pronounced negative effect for racial quotas. I also show that anchoring the debate on gender quotas, a more consolidated policy, increases support for racial quotas, suggesting a strategic and promising path to enhancing the legitimacy of electoral quotas for racialized groups.

Keywords: Gender Quotas; Racial Quotas; Attitudes; Survey; Experiments.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Diferenças no Apoio às Cotas de Gênero e Raça	46
Gráfico 2 - Distribuição Percentual do nível de concordância ao Apoio às Cotas Eleitorais de Gênero e Raça	47
Gráfico 3 - Modelo Final Regressão Linear Apoio às Cotas Eleitorais	54
Gráfico 4 - Diferenças no Apoio às Cotas de Gênero e Raça nos grupos de Controle e Tratamento	56
Gráfico 5 - Diferenças no Apoio à Cotas Raciais na Exposição do Gênero Primeiro (Priming)	
58	
Gráfico 6 - Diferenças no Apoio à Cotas com Efeitos do Framing e do Priming	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mecanismos Legais de Implementação das Cotas Eleitorais de Gênero e Raça	23
Tabela 2 - Mensuração de Preferências de Cotas Experimento Framing	40
Tabela 2 - Mensuração de Preferências de Cotas Experimento Priming	41
Tabela 4 - Modelos Determinantes no Apoio às Cotas de Gênero	48
Tabela 5 - Modelos Determinantes no Apoio às Cotas de Raciais	51
Tabela 6 - Resultados do Experimento de Framing	57

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEP Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa

CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CEPH Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Involvendo Seres Humanos

EGAP Evidence in Governance and Politics

ESEB Estudo Eleitoral Brasileiro

FEFC Fundo Especial de Financiamento de Campanha

IBGE Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPU Inter-Parliamentary Union

MQO Mínimos Quadrados Ordinários

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO E RAÇA.....	16
2.1 TEORIA DA REPRESENTAÇÃO.....	16
2.2 O PROBLEMA: SUB-REPRESENTAÇÃO.....	19
2.3 SOLUÇÃO: COTAS DE GÊNERO E RAÇA.....	22
2.4 COTAS ELEITORAIS DE GÊNERO E RAÇA NO BRASIL.....	24
3. ATITUDES EM RELAÇÃO ÀS COTAS DE GÊNERO E RAÇA.....	29
3.1 TEORIA DA DEMOCRACIA RESPONSIVA.....	29
3.2 CONCEITUANDO ATITUDES.....	30
3.3 DETERMINANTES NO APOIO ÀS COTAS ELEITORAIS.....	32
3.3.1 PRECONCEITO AMBIVALENTE E ESTEREÓTIPOS.....	32
3.3.2 PERCEPÇÃO DE AMEAÇA E CUSTO.....	34
3.3.3 IDENTIDADE DE GRUPO, INTERESSE E EMPATIA.....	35
3.4 O PAPEL DA ANCORAGEM NO APOIO ÀS COTAS.....	36
4. METODOLOGIA E DADOS.....	38
4.1 COLETA DOS DADOS.....	39
4.2 OBJETIVOS.....	40
4.2.1 OBJETIVO 1: DOCUMENTAR E DESCREVER O APOIO ÀS COTAS ELEITORAIS.....	40
4.2.2 OBJETIVO 2: INVESTIGAR OS DETERMINANTES NO APOIO ÀS COTAS.....	41
5. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS.....	48
5.1 ANÁLISE DAS DIFERENÇAS NO APOIO AS COTAS ELEITORAIS.....	48
5.3 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DOS INDIVÍDUOS.....	51
5.4 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA: CONDIÇÃO EXPERIMENTAL - FRAMING.....	58
5.5 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA: CONDIÇÃO EXPERIMENTAL - PRIMING.....	60
5.6 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA COM EXPERIMENTO FATORIAL (FACTORIAL EXPERIMENT).....	62
6. CONCLUSÕES.....	64
6.1 PRINCIPAIS CONCLUSÕES.....	64
6.2 AGENDA FUTURA.....	65
7 . REFERÊNCIAS.....	68
11. APÊNDICE.....	74
A. TABELAS DE FREQUÊNCIA.....	75
B. TESTES DE BALANCEAMENTO.....	76
11.3 ANÁLISE DOS RESÍDUOS.....	80

1. INTRODUÇÃO

A representatividade política é um pilar fundamental da democracia, garantindo que as vozes e necessidades de todos os cidadãos sejam ouvidas e consideradas no processo de tomada de decisão. No entanto, a sub-representação persistente de grupos marginalizados, como mulheres, grupos raciais, jovens e pessoas LGBTQI+, continua sendo um desafio em diversos países, incluindo o Brasil. A desigualdade na representação política não apenas enfraquece a legitimidade das instituições democráticas, mas também perpetua um ciclo de exclusão e injustiça, beneficiando apenas grupos específicos (Hughes et al., 2019). Nesse contexto, as cotas eleitorais se apresentam como uma ferramenta importante para promover a igualdade de oportunidades, mas sua eficácia e consolidação dependem não apenas do desenho institucional, mas também da sua aceitação pela sociedade.

Embora as cotas de gênero sejam as mais populares globalmente e estejam presentes em mais de 130 países (Krook, 2006; Hughes et al. 2019; Piscopo, 2015), as cotas raciais ainda enfrentam desafios e sua implementação permanece limitada. No Brasil, por exemplo, as pessoas negras correspondem a 56% da população e ocupam somente 24% das cadeiras do Congresso Nacional. Essa assimetria exige uma compreensão aprofundada das nuances e resistências que cercam os diferentes tipos de cotas.

Recentemente, o debate sobre esse tema ganhou novos contornos. No dia 22 de agosto de 2024 foi dado mais um importante passo na agenda política a respeito das cotas. Nesta data, no Congresso Nacional, a Emenda Constitucional nº 133/2024 foi promulgada, oficializando a obrigatoriedade de os partidos políticos destinarem 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do fundo partidário para candidaturas de pessoas pretas e pardas. Embora o ato não tenha sido acompanhado de holofotes ou manifestações contrárias, sua promulgação representou o culminar de longos debates e negociações nos bastidores, sendo um reconhecimento formal da urgência de se endereçar a desigualdade racial na política¹.

Paralelamente, a batalha em curso pela equidade de gênero na política também segue em curso. A proximidade das eleições em 2026 reacende as discussões sobre o cumprimento das cotas de gênero, que completam exatos 30 anos em 2025. Em discussão em torno da cota de gênero no novo Código Eleitoral, dividindo opiniões entre senadores na Comissão de

¹ TV CÂMARA. Sessão Solene destinada à Promulgação da Emenda Constitucional nº 133 de 2024 - 22/08/2024. 2024. Publicado pelo canal TV Câmara. Transmitido ao vivo em 22 de ago. de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/1519YwnvGo0?si=EhMXI3IfdqH2FI9k>. Acesso em: 05 de mai de 2025.

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta do novo Código Eleitoral apresentada é a de substituir a cota de 30% de candidaturas femininas por uma reserva de 20% das cadeiras legislativas pelos próximos 20 anos, isso acirrou os ânimos. Durante a sessão², enquanto senadores falam sobre a dificuldade de encontrar mulheres como candidatas e sobre o risco de má interpretação da reserva de vagas pela opinião pública, as senadoras defenderam a manutenção de ambas as medidas, a reserva de vagas e a reserva de financiamento e se opuseram à suspensão de punições aos partidos que não cumprirem as cotas.

Essas divergências entre os parlamentares refletem as diferentes visões sobre o papel do Estado na promoção da igualdade e sobre o impacto das cotas no sistema eleitoral, mostrando que, apesar dos avanços pontuais, a consolidação de políticas que garantam a representação equitativa de diversos grupos ainda é um desafio. Embora tenhamos trabalhos no Brasil que exploram o apoio às cotas de gênero, existe uma lacuna significativa na compreensão das atitudes que levam os indivíduos ao apoio das cotas.

Para preencher essa lacuna, a literatura desta pesquisa se debruça sobre a complexidade das atitudes dos indivíduos em relação às cotas eleitorais, partindo de um questionamento central sobre a natureza da democracia representativa. Inicialmente, examinamos a tensão entre um sistema responsável, que sugere a permeabilidade à opinião pública, e o déficit democrático que se manifesta na baixa congruência entre a vontade popular e as políticas adotadas. Essa discrepância me permitiu argumentar que um modelo de representação simplista é insuficiente para explicar a dinâmica das políticas de inclusão. Ainda há uma compreensão limitada dos fatores que moldam as distintas opiniões em relação ao tipo de cota e ao grupo a que se destina. Diante dessa complexidade e das lacunas existentes, este estudo é guiado pelas seguintes perguntas:

Qual é o nível de apoio às cotas de gênero e raciais no Brasil? Indivíduos apresentam níveis distintos de apoio a esses dois tipos de cotas? Eles apoiam mais as cotas de gênero do que as cotas raciais? Quais fatores podem explicar o apoio a esses dois tipos de cota?

Neste estudo, discuto e testo empiricamente algumas das explicações que a literatura oferece para o apoio às cotas eleitorais. Primeiramente, descrevo o panorama do apoio às cotas no Brasil, investigando se esse apoio varia entre cotas de gênero e cotas raciais, e se, de

² G1. Senadores falam em se preocupar com o nível e 'maior dificuldade do mundo' ao debaterem cotas para candidatas mulheres. Política, 28 de maio de 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/28/senadores-falam-em-se-preocupar-com-o-nivel-e-maior-dificuldade-do-mundo-ao-debaterem-cotas-para-candidatas-mulheres.ghtml>. Acesso em: 5 de mai de 2025.

fato, as cotas de gênero contam com maior aceitação. Em seguida, aprofundo a análise das características individuais que influenciam esse apoio, examinando se o pertencimento a grupos beneficiados como mulheres no caso das cotas de gênero e pessoas negras no caso das cotas raciais está associado a níveis mais elevados de adesão. Também analiso se o posicionamento político se correlaciona com maior apoio a ambos os tipos de cotas. Por fim, exploro aspectos ligados à característica da política como a percepção de exclusão, avaliando se a menção à exclusão de grupos majoritários tende a reduzir o apoio às cotas, e se esse efeito é negativo e mais acentuado no caso das cotas raciais em comparação às de gênero.

Para responder a estas questões e testar essas explicações, esta dissertação adota uma abordagem metodológica quantitativa, utilizando dados de um survey nacional com uma amostra de 2.020 entrevistas, realizado em 2020. A estratégia empírica foi desenhada para ir além da análise descritiva, incorporando duas manipulações experimentais (uma de framing e outra de priming) que permitem estabelecer inferências causais.

Os principais achados indicam que o apoio às cotas de gênero é significativamente superior ao apoio às cotas raciais, sendo a oposição a esta última mais intensa. A análise dos determinantes revela que o apoio e a rejeição a ambas as políticas são mais moldadas por fatores ideológicos e atitudes sexistas do que pelo pertencimento direto ao grupo beneficiado pelas cotas. De maneira contraintuitiva, a identidade racial não se mostrou um preditor estatisticamente significativo do apoio às cotas raciais, enquanto o efeito de ser mulher no apoio às cotas de gênero foi neutralizado pelo controle ideológico. Sendo assim, a disputa em torno das cotas no Brasil parece ser travada menos no campo da solidariedade identitária e mais no das visões de mundo, dos valores fundamentais sobre igualdade e das hierarquias sociais.

Adicionalmente, os resultados experimentais demonstram que enquadrar a política em uma perspectiva de custo para o grupo majoritário, sejam homens ou pessoas brancas, diminui drasticamente o apoio, com um efeito negativo e mais acentuado para as cotas raciais. Por fim, um dos achados mais promissores é que a ancoragem no debate sobre cotas de gênero, uma política mais consolidada, eleva significativamente o apoio subsequente às cotas raciais. Este resultado sugere um caminho estratégico para ampliar a legitimidade de ações afirmativas para grupos racializados no Brasil.

As contribuições potenciais deste trabalho são: preencher uma lacuna na pesquisa sobre atitudes em relação às cotas de gênero e raça; avançar em conceitos experimentais pouco difundidos na ciência política no Brasil; e oferecer insights metodológicos para a mensuração de atitudes. Ao fim, essa dissertação fornece caminhos para o debate público

sobre cotas eleitorais e argumenta que o fortalecimento da política de cotas de gênero é promissor para a adesão e fortalecimento das cotas raciais.

2. REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO E RAÇA

2.1 TEORIA DA REPRESENTAÇÃO

Representação é uma palavra que possui muitos sentidos e seu conceito ainda não está definido. Ainda que tivéssemos os diferentes grupos da sociedade com presença simples em cargos eletivos na política e disséssemos que isto é representação, isso seria resultado de uma simplificação do que é representação. Esse é um conceito multifacetado. É importante reconhecer que a representação política está intrinsecamente ligada a desigualdades históricas e sistêmicas que estruturam a sociedade. Essas desigualdades limitam o acesso à participação política para alguns, enquanto privilegiam outros. A seguir, exploraremos como a teoria política tem compreendido o conceito de representação em sua complexidade.

Segundo Hanna Pitkin (1967), a representação política pode ser pensada em quatro dimensões: a representação formal, representação substantiva, representação descritiva e a representação simbólica. A representação formal é aquela que vê o seguimento de procedimentos como a característica definidora da representação política, ou seja é a preocupação com as regras, normas e mecanismos que estabelecem a relação entre os representantes e representados. Mas sabemos que os procedimentos formais não podem garantir uma representação efetiva. A legislação de cotas eleitorais de gênero, por exemplo, é uma regra formal que atua em favor do sexo sub-representado, buscando incentivar a participação de mulheres em espaços de cargos eletivos que por muito tempo foram exclusivamente masculinos.

De igual modo, a representação substantiva tem base naquilo que é desenvolvido para o público representado, esse mecanismo possui relação com aqueles que conseguem entregar políticas que dizem respeito ao interesse do seu eleitorado. Pitkin (1967) apresenta isso como um governo que consegue promover o interesse de seu público, que é receptivo às pessoas, similarmente Urbinati e Warren (2008) também defendiam que uma compreensão mais ampla de representação reconhece a importância da troca que deve existir entre representantes e representados.

Há a representação descritiva, que visa espelhar a composição demográfica da população e faz referência a ideia de que os representantes eleitos devem se assemelhar a

população, em termos de sexo, gênero, faixa etária, situação econômica e religião. Esse tipo de representação é capaz de melhorar a qualidade de decisões para grupos historicamente marginalizados (Mansbridge, 1999; Mansbridge, 2003), que historicamente possuem barreiras estruturais na tomada de decisão.

Finalmente, a representação simbólica emerge como um fator que contribui nas atitudes individuais, moldando percepções e comportamentos em relação à inclusão de grupos marginalizados na esfera política. Conforme a conceituação de Hanna Pitkin (1967) e Minta (2012), a representação simbólica não se refere apenas ao significado que um representante tem para seus representados, mas também à sua capacidade de evocar sentimentos de identificação, pertencimento e confiança. Trata-se de um mecanismo que atua na moldagem de identidades coletivas e para a promoção de um sentimento de legitimidade para o grupo que se vê representado.

Para esta pesquisa, essa dimensão é de grande interesse, pois a presença de representantes de grupos historicamente excluídos, como mulheres e pessoas negras, pode atuar como um símbolo inspirador. Essa presença pode ser capaz de despertar o engajamento com a vida pública e de reduzir a força de estereótipos prejudiciais associados a esses grupos. Por outro lado, a sub-representação também pode gerar sentimentos de frustração no eleitorado, comprometendo a própria legitimidade dos processos democráticos. Assim, a representação simbólica atua como um elemento central na percepção de justiça e na eficácia das políticas públicas, uma vez que a ausência de determinados grupos nas instâncias decisórias pode levar a uma falha na formulação de políticas que refletem adequadamente as diversas necessidades da população. Em outras palavras, a representação simbólica pode emergir como um fator determinante das atitudes individuais, moldando percepções e comportamentos em relação à inclusão de grupos marginalizados na esfera política.

Quando buscamos observar somente a relação de vínculo entre representantes e representados, Anne Phillips (1988) conceitua isso como política de ideias, ou seja, a representação focada em preferências e interesses (representação substantiva). Contudo, essa abordagem tem se mostrado insuficiente ao longo do tempo para amenizar os efeitos da exclusão política de grupos marginalizados nos espaços de decisão. Assim, em outra perspectiva, Anne Phillips (1988) desenvolve a ideia da política de presença, isto é, a representação só pode ser considerada efetiva quando para além das opiniões e interesses eleitores conseguem ver a presença física de grupos que outrora foram excluídos do processo de decisão, garantindo que as experiências vividas por esses grupos sejam incorporadas na elaboração de políticas. Observamos o argumento da autora:

A minha preocupação principal é mais especificamente com os mecanismos políticos que relacionam representação justa a presença política, e que enfatizam mudanças no nível político: medidas que reconhecem que o gênero, raça e etnia dos representantes é uma parte importante do que os fazem representativos, e que buscam alguma garantia de presença igual ou proporcional. (PHILLIPS, 1998, p. 12-13, tradução livre)

A incorporação de gênero e raça/etnia nas estruturas de poder promove maior equidade política, impactando diretamente as políticas públicas, conforme destacado por Phillips (1998), para quem a "política de presença" visa integrar grupos historicamente marginalizados na arena política. A diferença e a diversidade almejadas não se limitam a divergências de opiniões ou crenças, mas abrangem também vivências e identidades que definem coletivos específicos. Dessa forma, torna-se mais complexo atender às demandas desses grupos sem a participação efetiva de seus membros nas instâncias decisórias. Como ressalta Phillips (1995), não basta que representantes eleitos defendam ideias vinculadas a grupos sub-representados; é essencial que esses grupos ocupem espaços de poder, garantindo que suas vozes e interesses sejam materializados no processo de tomada de decisão, pois a mera representação de ideias pode ser insuficiente para traduzir plenamente as necessidades de grupos cujas experiências são historicamente marginalizadas.

A crescente atenção à justiça na representação política, especialmente para grupos marginalizados, e a necessidade de novas formas de representação eleitoral que desafia os sistemas eleitorais é percebida por outros teóricos da representação política (Mansbridge, 1999; Urbinati, 2008):

"Precisamos compreender a representação como uma relação, mediada por histórias e experiências de grupo, através da qual surgem os círculos eleitorais relevantes - em especial os relacionados com a equidade. Por último, uma representação justa requer uma relação de confiança entre indivíduos e representantes, com base em experiências, perspectivas e interesses partilhados, o que, comprovadamente, não existe para os grupos historicamente desfavorecidos (URBINATI, 2008, p. 394, tradução livre).

Urbinati (2008) destaca que a relação que deveria existir de forma natural entre indivíduos e seus representantes tem sido negada a grupos historicamente marginalizados. A própria Urbinati (2006) reforça que a soberania popular, entendida como um princípio

regulador, é um motor central para a democratização da representação, e que o poder negativo dos cidadãos ou seja a capacidade investigar, julgar, influenciar, ou até reprovar uma política é um ingrediente essencial do desempenho democrático da representação. Apesar dos avanços alcançados, a sub-representação de mulheres e demais grupos permanece como um desafio persistente, demandando esforços contínuos para atingir uma representação igualitária e equitativa.

A sub-representação de grupos marginalizados na política, como mulheres e pessoas negras, manifesta-se na sua participação insuficiente em posições de poder e nos processos decisórios. Essa escassez de representatividade não apenas compromete a legitimidade dos processos democráticos (Phillips, 1998; Phillips, 2012), mas também suscita preocupações diante dos baixos níveis de satisfação com a democracia observados globalmente (Foa et al., 2020). O fenômeno da sub-representação fragiliza a legitimidade das instituições democráticas e a eficácia das políticas públicas, uma vez que a formulação destas, quando predominantemente realizada por um grupo restrito, pode falhar em refletir adequadamente as diversas necessidades, experiências e perspectivas de toda a população.

Essa realidade demanda uma estratégia que não se limite ao aumento quantitativo de representantes desses grupos em cargos políticos. É fundamental incorporar a dimensão simbólica da representação, materializada na chamada *política de presença*, que tem o potencial de influenciar atitudes sociais, moldar discursos públicos e inspirar a participação ativa de outros na política.

2.2 O PROBLEMA: SUB-REPRESENTAÇÃO

Uma representação justa e eficaz na política vai além do simples aumento quantitativo da presença de grupos marginalizados em cargos de poder. Embora avanços possam ser observados, a sub-representação persists como um fenômeno histórico que impõe limitações significativas a determinados grupos. Anne Phillips (1988) argumenta, em sua proposta sobre a política de presença, que a inclusão desses grupos em espaços decisórios não é apenas uma questão de equidade, mas também um fator para a efetividade na criação de políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas.

Na arena política brasileira, por exemplo, vemos obstáculos persistentes à plena participação das mulheres. Apesar de constituírem a maioria do eleitorado, ultrapassando ligeiramente 50% do total, as mulheres representam uma minoria entre os candidatos, mantendo-se em torno de 30%. A situação se agrava quando analisamos o número de

mulheres efetivamente eleitas, que no Congresso ocupa apenas 17,7% das cadeiras — um índice que coloca o Brasil na lanterna da América Latina, mesmo após 30 anos de cotas de candidaturas. Tais indicadores demonstram que o problema reside não apenas na falta de interesse ou preparo das mulheres, mas, sobretudo, nas regras do jogo, sendo a mudança nas regras eleitorais combinada à melhoria das cotas existentes a única saída para aumentar a representação feminina (Thomé & Gatto, 2023). De forma similar, a sub-representação também se manifesta no caso das pessoas negras. Pesquisas revelam que a presença de indivíduos negros no parlamento federal nunca ultrapassou 9%, evidenciando um quadro de exclusão sistêmica (Campos & Machado, 2015).

Diversos fatores contribuem para esse cenário de sub-representação. Preconceitos arraigados no recrutamento partidário, disparidades nos recursos educacionais e econômicos, e o acesso desigual ao financiamento de campanhas dificultam significativamente a candidatura e a eleição de indivíduos negros e pardos (Campos & Machado, 2015; Campos & Machado, 2018). A sub-representação de grupos raciais minoritários na política priva esses grupos de um espaço necessário para a expressão de suas opiniões e a defesa de seus interesses. Essa ausência pode gerar sentimentos de frustração e alienação, uma vez que suas necessidades e preocupações são percebidas e negligenciadas nos processos de tomada de decisão política (Alonso & Ruiz Rufino, 2007).

No caso das mulheres, as barreiras à representação política se manifestam em diversas etapas, desde a disponibilidade de cargos eletivos e o processo eleitoral até o efetivo exercício dos mandatos (Mardegan, 2020). Fatores históricos de desigualdades estruturais (Verba Burns, & Schlozman 1977; Desposato & Norrander, 2009) e o subfinanciamento de suas campanhas (Sacchet & Speck, 2012; Wylie & dos Santos, 2019) evidenciam uma desvantagem significativa e contribuem para sua sub-representação na política. Adicionalmente, a dificuldade de acesso a redes políticas influentes e a falta de apoio consistente por parte dos partidos representam obstáculos consideráveis para mulheres que almejam cargos eletivos (Wylie, 2016).

Candidatos negros também enfrentam desvantagens significativas em relação a seus concorrentes brancos. Estudos indicam que, no geral, candidatos negros possuem um menor nível educacional e ocupações de menor prestígio (Janusz, 2018), fator que podem impactar sua capacidade de se conectar com os eleitores e transmitir a percepção de competência. O financiamento de campanha também se apresenta como um obstáculo, com candidatos negros dispondendo de menos recursos financeiros, o que limita sua competitividade nas eleições (Janusz, 2018). O elevado custo das eleições brasileiras agrava essa disparidade, dificultando

o sucesso de candidatos com recursos limitados (Janusz, 2018). No âmbito do recrutamento partidário, evidências sugerem a ativação de estereótipos, os quais candidatos não brancos enfrentam desafios para obter apoio e recursos das legendas (Campos & Machado, 2015; Campos & Machado, 2018). Embora as elites partidárias possam não discriminhar de forma explícita, a falta de apoio a candidatos não brancos pode constituir uma barreira considerável para seu sucesso eleitoral (Bueno, 2017). O sistema proporcional de lista aberta no Brasil também pode desfavorecer candidatos não brancos, uma vez que exige um volume expressivo de votos pessoais que são mais difíceis de serem conquistados sem recursos financeiros substanciais (Janusz, 2018).

Em relação ao eleitorado, embora alguns estudos apontem que as preferências raciais dos eleitores não influenciam significativamente os resultados eleitorais, outros indicam que preconceitos raciais ainda podem desempenhar um papel relevante, especialmente em cenários com um número maior de candidatos, onde a diferenciação entre eles se torna mais sutil e a escolha do eleitor pode ser inconscientemente influenciada por vieses raciais (Janusz, 2018). Curiosamente, candidatos podem adotar uma estratégia de modificar sua autoidentificação racial para se alinhar com a composição racial do eleitorado, buscando otimizar suas chances eleitorais (Janusz, 2021). Esse tipo de comportamento estratégico ressalta a maleabilidade da identidade racial no contexto político e seu impacto na dinâmica da representação (Janusz, 2021).

As consequências da sub-representação são profundas e podem afetar a democracia. A disparidade de gênero e raça, que se traduz em uma representação excessiva de homens e pessoas brancas, pode levar à formulação e implementação de políticas que não abrangem as especificidades e necessidades de outros grupos (Chappell & Brennan, 2014). Além disso, reforça estereótipos de gênero, como a ideia de que a política é um espaço exclusivo para homens (Batista Pereira & Porto, 2020). Evidências também indicam que a confiança nas instituições governamentais tende a diminuir quando os indivíduos percebem a sub-representação de seus próprios grupos (Clayton, O'Brien & Piscopo, 2019). A sub-representação, portanto, pode aumentar a insatisfação entre diferentes grupos, comprometer a legitimidade dos canais tradicionais de participação política e criar um ambiente de desconfiança e hostilidade. Esses fatores frequentemente exacerbam os conflitos sociais e contribuem para o aumento da violência entre os grupos (Tholen, 2015).

No início deste capítulo, observamos que Mansbridge (1999) enfatiza a necessidade de reconhecer e superar os obstáculos estruturais que limitam o engajamento político de grupos marginalizados. A autora sugere medidas como reformas eleitorais que incluam comitês

formais de busca e financiamento público de campanhas, visando aprimorar a representação. A proposta dessa dissertação está alinhada com a evolução da teoria normativa da representação, que integra a necessidade de mais evidências empíricas, como já apontado por Mansbridge em trabalhos posteriores (2003).

A seguir, veremos como a implementação de Cotas Eleitorais têm se destacado como um dos principais mecanismos para mitigar o problema da sub-representação de grupos marginalizados no cenário político.

2.3 SOLUÇÃO: COTAS DE GÊNERO E RACA

As estratégias mais comumente adotadas para mitigar o problema da sub-representação de grupos incluem cotas de candidatos, assentos reservados e outras reformas no sistema eleitoral (Htun, 2004; Krook, 2006). A fundamentação das Cotas Eleitorais reside no princípio redistributivo do Estado de Bem-Estar Social e na compreensão de que a igualdade formal perante a lei é insuficiente para superar desigualdades estruturais. Essa insuficiência demanda, por vezes, a implementação de mecanismos de "discriminação positiva" como meio de alcançar a igualdade material. Assim, a emergência das cotas pode ser compreendida como uma tentativa de corrigir a trajetória da representação política de grupos marginalizados.

Atualmente, mais de 130 países adotam cotas de gênero como estratégia para combater a sub-representação de grupos marginalizados. Tais mecanismos – que incluem também as cotas étnico-raciais – são políticas públicas estabelecidas por legislação, com o objetivo explícito de ampliar a participação de mulheres e minorias étnicas em cargos de poder político (Htun, 2004; Bird, 2014; Piscopo, 2015; Hughes et al., 2019).

A literatura sobre cotas de gênero e raça destacam diferenças estratégicas em sua implementação e nos objetivos que buscam alcançar. Uma distinção necessária entre essas tipologias são *as cotas para candidatos* ("candidate quotas") e *assentos reservados* ("reserved seats") no parlamento. Ambas as estratégias exercem influência relevante na configuração da representação política, sobretudo quando adotadas em conjunto, já que seus impactos se amplificam mutuamente ao moldar as dinâmicas de inclusão e equidade nos espaços de poder.

No caso das cotas de gênero no Brasil, as cotas de candidatos permitem que as mulheres concorram ao lado dos homens, sendo integradas ao processo eleitoral de maneira que possam disputar assentos nas listas partidárias. Esse mecanismo é amplamente considerado como o mais eficaz para acelerar a representação feminina em países com

desvantagens históricas (Clayton, 2015; Su e Chen, 2025). Por outro lado, há estudos que relatam que os assentos reservados tendem a criar a percepção de que os beneficiários pertencem a uma categoria à parte, o que pode dificultar sua transição para assentos não reservados. Isso pode levar ao reforço do estereótipo de que o grupo não concorreu no processo eleitoral tradicional e, portanto, sua ocupação do assento não seria plenamente legítima. Além disso, a forma específica como esses candidatos são selecionados ou a eleição em circuitos separados podem limitar sua influência política, mesmo quando são eleitos para essas vagas (Morgenroth e Ryan, 2018; Wang e Yoon, 2018; Clayton, 2015). Estudos como o de Westfall e Chantiles (2016) indicam que a estratégia de assentos reservados está associada a relações mais fracas em termos de representação, pois pode comprometer a capacidade da legisladora de defender questões se ela for percebida como uma "*token candidate*"³ e sua legitimidade for questionável.

Exemplos de países que adotam cotas de candidatos incluem Argentina, Costa Rica e Brasil, enquanto outros, como Índia, Bósnia e Herzegovina, e Nova Zelândia optam pela estratégia de assentos reservados, em grande parte devido à sua diversidade étnico-racial. Segundo Clayton (2015), Teigen e Karlsen (2020) e Bird (2014), enquanto as cotas de gênero, como as implementadas na Argentina e na Costa Rica, buscam integrar mulheres nas estruturas políticas existentes, as cotas étnicas, presentes na Índia e na Bósnia e Herzegovina, têm como objetivo garantir a representação de grupos raciais específicos que enfrentam barreiras significativas na estrutura partidária tradicional.

Estudos de Bird (2014) indicam que, mesmo após a extinção formal das cotas de gênero, é possível observar efeitos residuais na representação feminina, sinalizando que transformações culturais duradouras podem ser desencadeadas pela presença temporária dessas políticas. Contudo, ainda é necessário estudos longitudinais mais robustos sejam necessários para mensurar efetivamente os impactos a longo prazo, já há indícios de que tais instrumentos podem reconfigurar normas sociais e abrir caminho para maior equidade.

A adoção de cotas de gênero na América Latina, incluindo o Brasil, foi impulsionada pela atenção internacional e pela mobilização de atores em prol da democratização, o que pode explicar sua adesão (Mardegan, 2020). Mas, ambos os tipos de cotas enfrentam desafios,

³ Um "candidato simbólico" (*token candidate*) refere-se a um candidato nomeado por um partido político, frequentemente de um grupo sub-representado. GIDENGIL, Elisabeth; VENGROFF, Richard. Representational Gains of Canadian Women or Token Growth? The Case of Quebec's Municipal Politics. **Canadian Journal of Political Science/Revue canadienne de science politique**, [S. l.], v. 30, n. 3, p. 513-537, set. 1997. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/canadian-journal-of-political-science-revue-canadienne-de-science-politique/article/representational-gains-of-canadian-women-or-token-growth-the-case-of-quebecs-municipal-politics/DCDA1C7DDE7226E63EDCFEC56E78FDB8>. Acesso em: 5 jun. 2025

como a resistência das elites e brechas nas leis que as regulamentam, evidenciando a importância da intervenção do estado para garantir sua implementação efetiva e representação (Piscopo, 2015).

A possibilidade de combinar cotas de candidatos e assentos reservados no parlamento também é uma estratégia que pode ampliar significativamente a inclusão e representatividade de grupos marginalizados. Pesquisas desenvolvidas por Kaur e Philips (2022) e Su e Chen (2023) sugerem que tais mecanismos não apenas promovem uma melhor representação desses grupos, mas também podem influenciar positivamente a qualidade da governança e os resultados das políticas públicas.

2.4 COTAS ELEITORAIS DE GÊNERO E RAÇA NO BRASIL

A sub-representação no Brasil está enraizada na dinâmica histórica, social e política. Além do mais, há limitações de oportunidades que dificultam no cenário político a participação de mulheres, negros e pardos.

No Brasil, as mulheres correspondem a 51,8% da população, e as pessoas negras⁴ são 56% da população. Atualmente, apenas 92 deputadas ocupam vagas na Câmara, representando 18% dos membros. No Senado, a presença feminina é ligeiramente maior, com 15 senadoras entre 81 membros, o que corresponde a 19% da composição. A sub-representação se agrava quando analisamos recortes raciais, apenas 1% do Senado é composto por mulheres negras e 2% na Câmara dos Deputados. Pesquisas feitas por Campos e Machado (2018) indicam que a representação de indivíduos negros no parlamento federal nunca ultrapassou 9%, evidenciando uma exclusão sistêmica.

Essas lacunas explicam por que, mesmo após quase 30 anos de cotas, o Brasil ocupa a 153^a posição no ranking de mulheres no Legislativo (IPU)⁵. Na América Latina, o país está à frente apenas de Belize e Haiti.

Em 1997, o Brasil adotou a cota de gênero de 30% a ser aplicada nas eleições proporcionais para legislaturas nos níveis nacional, estadual e municipal. Em 2009, os critérios para implementação das cotas foram reforçados (Wylie e Dos Santos, 2016; Wylie et al., 2019). Em 2018, há a decisão de reserva de 30% do fundo de financiamento de campanha

⁴ De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial pessoas negras são o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga. BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2010. ¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 11 fev. 2025.

⁵ UNION INTERPARLEMENTAIRE. Parline - Global data on national parliaments. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://data.ipu.org/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

para mulheres. Nas eleições de 2020, após decisão judicial, criou-se reserva de campanha para financiar recursos para candidatos que se identificavam como pessoas negras nas eleições proporcionais, de acordo com representação nas listas partidárias (Gatto e Thomé, 2020). Em 2024, o Brasil decide constitucionalmente impor aos partidos políticos a obrigatoriedade de 30% dos recursos recebidos para financiar candidaturas de pessoas pretas e pardas. A tabela a seguir, portanto, elenca os mecanismos legais isolados que têm tentado gerar uma inclusão efetiva:

Tabela 1 - Mecanismos Legais de Implementação das Cotas Eleitorais de Gênero e Raça

Ano	Norma/Decisão Judicial	Grupo Contemplado	Mecanismo Legal
1995	Lei nº 9.100/1995	Mulheres	Estabeleceu mínimo de 20% de vagas para candidaturas femininas. Indireto para financiamento, pois focava em candidaturas.
1997	Lei nº 9.504/1997	Mulheres	Fixou cotas para eleições proporcionais (mínimo 30%, máximo 70% por sexo). Impacto indireto no financiamento.
2009	Lei nº 12.034/2009	Mulheres	Mínimo de 30% de candidaturas de cada sexo; 5% do Fundo Partidário para programas de promoção da participação feminina; 10% do tempo de propaganda partidária para o mesmo fim. ⁶
2015	STF (proibição de financiamento)	Todos os candidatos	Proibiu doações de empresas, aumentando a importância dos fundos

⁶ BRASILEIRO, C. C. B.; FERREIRA, V. C. da S.; SOUZA, A. L. Cotas Eleitorais e Seus Impactos: Uma Análise Interseccional das Candidaturas e Representação Feminina Negra no Legislativo Federal. MEDIAÇÕES, Londrina, v. 29, n. 3, p. 1-24, set.-dez. 2024. DOI: 10.5433/2176-6665.2024v29n3e49776. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mediacoes/a/MkHSX7QPSBR5pLx9CwTxwcO/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 de maio de 2025.

	empresarial)		públicos e doações de pessoas físicas. ⁷
2015	Lei nº 13.165/2015 (Minirreforma Eleitoral)	Mulheres	Fixou entre 5% e 15% dos recursos do Fundo Partidário para campanhas de candidatas (posteriormente julgado inconstitucional em parte).
2017	Criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)	Todos os candidatos	Instituiu um fundo público bilionário para financiar campanhas eleitorais. ⁴
2018	STF (ADI 5617)	Mulheres	Declarou inconstitucional o teto de 15% e estabeleceu que o percentual do Fundo Partidário para campanhas de mulheres deve ser no mínimo igual ao de candidatas (nunca inferior a 30%). ⁸
2018	TSE (extensão da ADI 5617 ao FEFC)	Mulheres	Estendeu a regra da ADI 5617 (mínimo de 30% dos recursos) para o FEFC e para o tempo de propaganda eleitoral. ⁷
2020	TSE (Consulta nº 0600306-47/DF) e STF (ADPF 738)	Pessoas Negras	Determinou a distribuição proporcional dos recursos do Fundo Partidário, FEFC e tempo de propaganda para candidaturas de pessoas negras (pretas e pardas). ⁹
2021	Emenda	Mulheres,	Estabeleceu que votos em mulheres e

⁷ CAMPOS, L. F. Litígio estratégico para igualdade de gênero: O caso das verbas de campanha para mulheres candidatas. Revista Direito e Política, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 593-629, mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/6kKRTFLdr67yVwqSbMGmkbG>. Acesso em: 6 de maio de 2025.

⁸ SANTOS, C. L. dos; FURLANETTO, C. P. Participação feminina na política: exame da Lei nº 12.034/2009 e a previsão de cotas de gênero. Revista do Instituto Legislativo Brasileiro, Brasília, v. 56, n. 223, p. 191-211, jul./set. 2019. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/56/223/ril_v56_n223_p191.pdf. Acesso em: 13 de maio de 2025.

⁹ SACCHET, Teresa; CHEVITARESE, Marcus; COSTA, João Carlos; OKADO, Lucas; BIROLI, Flávia. Instituições eleitorais e desafios da representação política por gênero e raça: novas regras de financiamento de campanha. Brasília, 23 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/nota-tecnica-04-instituicoes-eleitorais-e-desafios-da-representacao-politica-por-genero-e-raca-novas-regras-de-financiamento-de-campanha/view>. Acesso em 12 de maio de 2025.

	Constitucional nº 111/2021	Pessoas Negras	homens negros contam em dobro para o cálculo do FEFC até 2030. ⁸
2022	Emenda Constitucional nº 117/2022	Mulheres	Constitucionalizou a obrigatoriedade de 30% dos repasses de recursos do FEFC para campanhas de mulheres femininas e a proporcionalidade no tempo de rádio e TV. ⁴
2024	Emenda Constitucional nº 133/2024	Mulheres, Pessoas Negras, Indígenas, LGBTQIA+	Elevou para 35% o mínimo de recursos do FEFC direcionados a mulheres e pessoas negras, estendeu critérios de distribuição proporcional a indígenas e LGBTQIA+, e institui penalidades (multas e suspensão de recursos) para partidos que descumprirem as cotas. ¹⁰

As reformas acima apontam para uma tentativa de inclusão dos grupos marginalizados. No entanto, apesar das políticas públicas que visam aumentar a diversidade e esforços para introduzir um sistema legislativo baseado nas cotas de gênero e raça de candidatos, obstáculos significativos persistem na adoção e implementação dessas cotas de forma efetiva. Barreiras como a resistência das elites partidárias, brechas nas regulamentações e a dificuldade em garantir a fiscalização adequada comprometem a plena efetividade dessas medidas (Campos & Machado, 2015; Campos & Machado, 2018).

Por outro lado, alguns argumentam que a sub-representação de indivíduos pode ser resultado da falta de preferências entre os eleitores por candidatos do respectivo grupo, sugerindo uma interação complexa entre atitudes sociais e dinâmicas políticas (Strijbis & Völker, 2020). Esse pode ser o caso do Brasil, que, de acordo com a pesquisa ESEB 2022¹¹, 45,2% dos eleitores se declaram contra a adoção de cotas raciais, enquanto 41,6% se manifestam a favor. Adicionalmente, 9,6% dos eleitores não sabem opinar. Essa distribuição de opiniões indica que a maioria do eleitorado brasileiro (54,8% somando os que são contra e

¹⁰ BRASIL. Emenda Constitucional nº 133, de 22 de agosto de 2024. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de agosto de 2024. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/39486445>. Acesso em: 13 de maio de 2025.

¹¹ Na pesquisa ESEB de 2022, foram analisadas as seguintes variáveis: D12a Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça? e Q31-9 Gostaria de saber se o(a) sr.(a) é a favor ou contra a adoção de cotas raciais. MENEGUELLO, Rachel; CESOP-UNICAMP. Estudo Eleitoral Brasileiro - ESEB 2022. Campinas: CESOP, 2022. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4680. Acesso em: 11 fev. 2025.

os que não sabem opinar) não expressa apoio ou não possui uma posição definida sobre as cotas raciais. Tal cenário pode refletir a ausência de debates qualificados sobre o tema, sendo este um obstáculo central à consolidação de políticas para grupos marginalizados.

Mecanismos legais isolados são insuficientes para superar desigualdades estruturais. As barreiras sistêmicas — como o acesso desigual a financiamento e o preconceito no recrutamento partidário — interagem com dinâmicas sociais mais profundas, nas quais as atitudes desempenham um papel importante. Por exemplo, a manutenção de um desenho fraco das Cotas de gênero no Brasil talvez não se deve primariamente a um desajuste institucional, mas sim a uma resistência consciente e ativa de legisladores homens ao longo dos 30 anos de formulação da política de cotas no país (Gatto, 2025).

Essa persistência nos leva a pensar que a efetividade das cotas depende não apenas de reformas legislativas, mas também de como os cidadãos internalizam e respondem a essas políticas. Essa resposta pode ser influenciada por diversos fatores, como estereótipos, visões ideológicas ou mesmo desconhecimento sobre o tema (9,6% dos eleitores não souberam opinar, conforme o ESEB 2022). A lacuna entre representação formal e inclusão substantiva revela assim um duplo desafio: enquanto corrigimos assimetrias institucionais, é necessário compreender as resistências culturais subjacentes às preferências eleitorais. Desvendar essa interseção entre estrutura institucional e atitudes, é fundamental para desvendar por qual motivo, mesmo com cotas, a representação de mulheres e negros segue sub-representada, tema que será explorado em nosso próximo capítulo que explora das atitudes em relação às cotas.

3. ATITUDES EM RELAÇÃO ÀS COTAS DE GÊNERO E RAÇA

3.1 TEORIA DA DEMOCRACIA RESPONSIVA

A responsividade democrática constitui um pilar central na teoria democrática normativa e empírica, sugerindo que as políticas governamentais devem, idealmente, refletir as preferências de seus cidadãos. Page e Shapiro (1983), fornecem evidências de que existe uma considerável congruência entre as mudanças na opinião pública e as políticas ao longo de décadas. Eles demonstram que essa correspondência é particularmente forte para mudanças de opinião grandes, estáveis e em questões de alta saliência pública.¹² Quando as preferências políticas mudam de forma substancial e sem reversão, a política pública tende a mover-se na mesma direção de maneira esmagadora.

Esse tipo de convergência indica que o sistema democrático possui uma permeabilidade à vontade popular. Page e Shapiro (1983) argumentam que as mudanças na opinião pública são frequentemente uma causa próxima das mudanças na política, com o posicionamento tendendo a se mover antes da política em mais da metade dos casos de congruência.

Seguindo essa lógica, a opinião do eleitorado sobre políticas como as cotas eleitorais é um fator que pode tanto facilitar quanto dificultar sua adoção, manutenção e fortalecimento. Portanto, se o sistema democrático é concebido para ser permeável à vontade popular, o apoio ou a oposição que os cidadãos manifestam às cotas eleitorais são elementos essenciais que orientam ou restringem as ações do sistema. A necessidade de entender o que o eleitorado pensa sobre cotas eleitorais se justifica, pois a responsividade de um sistema democrático é maior em questões de alta saliência, ao passo que para políticas mais específicas e menos visíveis ou pouco divulgadas, o público pode ter menos opinião e, consequentemente, menos voz.

Lax e Phillips (2012) introduzem ainda outro conceito importante, o de ‘déficit democrático’, salientando que, embora o mecanismo representativo seja altamente responsável à opinião pública, evidenciando forte correlação entre preferências cidadãs e ações governamentais, a congruência com a vontade majoritária ocorre apenas cerca de metade dos casos. Essa literatura indica que, mesmo sob apoio popular amplo, algumas iniciativas estatais

¹² IYENGAR, Shanto; KINDER, Donald R. *News That Matters: Television and American Opinion*. Chicago: University of Chicago Press, 1987. Os autores conceituam que a saliência é um tema, decisão ou situação que possui grande visibilidade, importância e destaque na esfera pública, atraindo intensa atenção da mídia, dos formadores de opinião e da população em geral.

podem divergir dos anseios coletivos, fenômeno atribuível a vieses sistêmicas ou de fraca tradução das preferências em ação política.

Isso quer dizer que sistemas com baixa congruência em relação a grupos marginalizados podem rejeitar cotas eleitorais mesmo com apoio majoritário da população, demonstrando que a mera responsividade não garante a efetiva representação das demandas desses grupos. Dessa forma, as atitudes sobre temas específicos, inclusive sobre a adoção de cotas eleitorais, se tornam fundamentais.

As cotas eleitorais, por exemplo, podem ser percebidas de diferentes formas, seja a partir de uma questão de justiça ou reparação histórica, seja um símbolo de representatividade, ou até mesmo o privilégio de alguns grupos ou somente mais uma regra do jogo eleitoral. Logo, as atitudes em relação à elas podem ser ideológicas, simbólicas, estereotipadas, e ter percepção de custo para uns grupos e para outros não (Barnes e Córdova, 2016; Batista Pereira e Porto, 2020; Kim e Kweon, 2022; Samuels et al., 2024).

3.2 CONCEITUANDO ATITUDES

Na democracia responsável, os indivíduos expressam suas opiniões de maneira favorável ou desfavorável. Segundo Zaller (1992), os cidadãos ativam um conjunto de considerações internas – valores, crenças ou predisposições – que assumem polaridade positiva ou negativa diante de estímulos específicos. O autor enfatiza que, ao emitir juízos, os cidadãos recorrem às representações cognitivas mais salientes no momento, fortalecendo assim um posicionamento dicotômico de assentimento ou objeção frente ao tema avaliado.

As atitudes podem ser interpretadas então, não como visões cristalizadas e estáveis, mas como construções temporárias formadas no momento em que uma pergunta é feita aos sujeitos. Sabendo disso, essa teoria é útil para compreender o que as pessoas pensam sobre cotas eleitorais de gênero e raça. Elas podem ter opiniões favoráveis ou desfavoráveis em relação a essas cotas, as quais podem parecer inconsistentes ou variar conforme o contexto.

Existem múltiplas considerações que dificultam que os indivíduos adotem uma postura única e linear em relação às cotas eleitorais. Em vez de formarem uma opinião monolítica, muitas pessoas apresentam posições ambivalentes ou diferenciadas dependendo do tipo de cota em questão ou do contexto considerado. Por exemplo, um indivíduo pode enxergar as cotas raciais como um instrumento legítimo de justiça social e reparação histórica, manifestando apoio a elas, enquanto outro pode se sentir mais sensibilizado com a sub-representação feminina na política e, por isso, apoiar de forma mais enfática as cotas de

gênero. Isso mostra que o apoio às cotas não necessariamente segue uma lógica única ou estática, mas pode variar entre indivíduos e também dentro das próprias percepções de um mesmo indivíduo.

Ainda citando Zaller (1992), o repertório de considerações que os indivíduos acessam para demonstrar sua atitude é influenciado por diversos fatores, tais como, predisposições políticas como ideologia e partidarismo, valores pessoais como liberdade e igualdade, mas também o nível de informação sobre o tema. Outro aspecto importante a se considerar é que as atitudes também podem ser construídas no momento, apresentando-se de forma menos estável do que se imagina. Neste sentido, um indivíduo pode expressar apoio às cotas em um dia e sob um estímulo diferente é possível até expressar oposição. É por isso que torna-se necessário as pesquisas que abordam opiniões sobre temas complexos como o das cotas eleitorais, com o intuito de mostrar se esse tipo de flutuação existe em relação ao tema.

Em outra perspectiva, há uma consolidada tradição na literatura que diverge da perspectiva da construção momentânea, interpretando as atitudes políticas como visões mais cristalizadas e estáveis. Autores como Sears (1993), argumenta que certas predisposições, como a identificação partidária e afetos simbólicos adquiridos na socialização primária funcionam como lentes perceptivas duradouras. Nessa perspectiva, corroborada também por estudos sobre o raciocínio motivado (Green, Palmquist e Schickler, 2002; Lodge e Taber, 2013), as atitudes centrais possuem uma inércia significativa: elas resistem a estímulos de curto prazo e tendem a persistir ao longo do ciclo de vida do indivíduo, exigindo eventos que gerem mudanças muito bruscas ou longos processos de contato social profundo para que ocorra uma mudança efetiva.

Ainda assim, diante da complexa interação entre fatores cognitivos, valores e contextualidade, o arcabouço teórico de Zaller (1992) delinea um caminho analítico claro para investigar o apoio público às cotas eleitorais: existe uma heterogeneidade estrutural das atitudes. Essa complexa dinâmica de elementos aponta para a ausência de homogeneidade nas posições da sociedade: os indivíduos podem se dividir entre aqueles que percebem as cotas como instrumentos legítimos de promoção da equidade e outros que as interpretam como mecanismos de aprofundamento de divisões sociais. É precisamente essa tensão que fundamenta as perguntas de pesquisa deste estudo:

Qual é o nível de apoio às cotas de gênero e raciais no Brasil? Indivíduos apresentam níveis distintos de apoio a esses dois tipos de cotas? Eles apoiam mais as cotas

de gênero do que as cotas raciais? Quais fatores podem explicar o apoio a esses dois tipos de cota?

A busca por respostas a esses questionamentos demanda uma análise aprofundada dos fatores que moldam as atitudes públicas. A razão pela qual as opiniões sobre cotas de gênero e raça divergem, bem como a descrição desse nível de apoio. Sabemos que há um conjunto complexo de determinantes que transcendem a simples adesão a princípios de igualdade. Desta forma, a próxima seção se dedica a explorar esses fatores.

3.3 DETERMINANTES NO APOIO ÀS COTAS ELEITORAIS

Para explorar os determinantes das atitudes em relação às cotas eleitorais e compreender o nível de apoio ou oposição, é fundamental delimitar o foco da abordagem aqui empregada. Algumas pesquisas têm se concentrado em captar o apoio de legisladores às cotas eleitorais e suas estratégias de adaptação ao serem sensíveis às demandas do eleitorado (Gatto, 2025). Em outra perspectiva, outras investigações sobre o apoio a cotas no Brasil têm se dedicado predominantemente ao nível de apoio às cotas universitárias (Vidigal, 2018; Turgeon e Habel, 2021), sendo essa a literatura mais predominante no debate sobre políticas afirmativas em nosso país. Contudo, a análise realizada neste trabalho se volta diretamente para o eleitorado, buscando analisar suas atitudes em relação especificamente às cotas eleitorais, isto é, porque eleitores podem manifestar apoio ou oposição em relação às cotas.

Para compreender as variações no apoio às cotas eleitorais, a literatura aponta para um conjunto complexo de determinantes que transcendem a simples adesão a princípios de igualdade. Fatores como preconceitos arraigados, percepções de ameaça e identidades de grupo moldam a forma como os cidadãos respondem a essas políticas. Esta seção explora esses determinantes para fundamentar as hipóteses que guiam esta pesquisa.

3.3.1 PRECONCEITO AMBIVALENTE E ESTEREÓTIPOS

A literatura sobre atitudes políticas demonstra que o apoio a políticas afirmativas, como as cotas, é um fenômeno complexo e frequentemente contraditório. Para entender por que certos grupos sociais apoiam ou rejeitam essas políticas, mesmo quando expressam compromisso com a igualdade, é fundamental analisar a natureza dos preconceitos e

estereótipos que são direcionados ao grupo beneficiário. Um marco nesse debate é a teoria do sexismo ambivalente, que propõe que atitudes sexistas não se restringem a formas abertamente hostis, mas incluem também manifestações aparentemente positivas, conhecidas como sexismo benevolente. Esse tipo de sexismo atribui às mulheres traços como pureza, moralidade e necessidade de proteção, reforçando papéis de gênero tradicionais sob a aparência de valorização.

Para teóricos como Glick e Fiske (1997), tanto o sexismo hostil quanto o benevolente contribuem para manter a hierarquia de gênero, mas operam por vias distintas: enquanto o primeiro é abertamente depreciativo, o segundo é paternalista e sutilmente normativo. O sexismo benevolente opera de forma sutil ao atribuir às mulheres traços como pureza, fragilidade e necessidade de proteção, o que, na prática, reforça papéis de gênero tradicionais sob uma perspectiva de “valorização”. Desta forma, os dois tipos de sexismo convergem para o mesmo resultado: a manutenção da hierarquia de gênero. É precisamente essa lógica que fundamenta a maior aceitação das cotas de gênero, pois, ao estarem envoltas em discursos de complementaridade, proteção e “valores familiares”, elas permitem que determinados segmentos da sociedade justifiquem seu apoio à política sem a necessidade de romper com as estruturas de poder hierárquicas.

No contexto brasileiro, essa teoria se mostra particularmente explicativa. Estudos como o de Batista e Porto (2020) demonstram que parte do apoio público às cotas de gênero deriva justamente do sexismo benevolente. Eleitores que endossam visões paternalistas sobre as mulheres podem apoiar sua presença na política por acreditarem que elas trarão qualidades estereotipadas desejáveis, como honestidade ou sensibilidade, para um ambiente percebido como corrupto. Essa dinâmica é corroborada por Gatto et al. (2024), cuja pesquisa identificou um amplo viés pró-mulher entre eleitores no Brasil, que associam candidatas a traços como ética, compaixão e confiabilidade. Esse tipo de apoio, no entanto, é qualitativamente distinto daquele baseado em princípios de justiça: ele pode ser superficial, condicionado à conformidade das mulheres com esses estereótipos e instável caso elas desafiem as expectativas de gênero tradicionais.

Em contraponto direto, não há evidências de um "racismo benevolente" análogo que atribua traços positivos a candidatos negros na arena política. Pelo contrário, a literatura e os debates públicos frequentemente mencionam estereótipos negativos que associam pessoas negras à dependência de políticas sociais. Debates no Senado brasileiro, por exemplo, destacam que mulheres negras enfrentam um duplo fardo: sofrem com os estereótipos gerais de gênero, agravados por preconceitos raciais derivados da exploração histórica que as

afastam dos espaços de decisão.¹³ Um estudo da UFMG¹⁴ reforça essa realidade ao revelar que as candidaturas de mulheres negras são as que possuem a maior chance de obter votações insignificantes, sugerindo uma menor desejabilidade ou viabilidade percebida pelos eleitores. Elas podem enfrentar, portanto, uma dupla desvantagem interseccional, sem acesso ao tratamento diferencial do sexismo benevolente que pode, por vezes, beneficiar mulheres brancas.

A assimetria nos estereótipos sugere maior aceitação social das cotas de gênero, cujo apoio pode coexistir com visões conservadoras – desde que não desafiam diretamente a hierarquia de gênero. Essa dissociação cognitiva indica que o endosso a tais políticas não implica ruptura com a estrutura vigente, mas sim sua acomodação estratégica. Tendo em mente todos esses pressupostos, proponho a seguinte hipótese:

H1a: O nível de apoio para cotas de gênero será maior que o nível de apoio para cotas raciais.

3.3.2 PERCEPÇÃO DE AMEAÇA E CUSTO

Se o sexismo benevolente pode, paradoxalmente, impulsionar o apoio às cotas de gênero, a percepção de ameaça e perda entre grupos não beneficiados emerge como um dos principais fatores que minam o apoio a políticas afirmativas, afetando de forma particularmente intensa as cotas raciais. A literatura sobre comportamento político demonstra que a resistência a medidas redistributivas frequentemente se origina quando grupos historicamente dominantes as interpretam como uma ameaça ao seu status, poder ou recursos sendo um fenômeno conhecido como "jogo de soma zero".

As pesquisas de Alam Asha (2022) e Samuels et al. (2024) demonstram que, quando enquadradas como um "custo" que implica a exclusão do grupo majoritário, boa parte das vezes, o apoio a essas políticas diminui drasticamente por parte de homens e pessoas brancas. Sob essa ótica, medidas corretivas como as cotas raciais podem ser vistas menos como

¹³ SENADO FEDERAL. Na CDH, especialistas protestam contra obstáculos a mulheres e negros na política. Senado Notícias, Brasília, 28 nov. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/11/28/na-cdh-especialistas-protestam-contra-obstaculos-a-mulheres-e-negros-na-politica>. Acesso em: 04 ago. 2025.

¹⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Candidaturas femininas e negras têm mais chance de votação pífia no Brasil. Portal UFMG, Belo Horizonte, 27 nov. 2024. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/candidaturas-femininas-e-negras-tem-mais-chance-de-votacao-pifia-no-brasil>. Acesso em: 04 ago. 2025.

mecanismos de equidade e mais como privilégios indevidos. Dessa forma, a percepção de exclusão passa a operar como um marcador simbólico de perda, o que reduz o apoio à política entre aqueles que se sentem deslocados ou desprivilegiados pela sua implementação.

A distinção teórica entre gênero e etnia, proposta por Htun (2004), é precisa para compreender por que esse efeito pode ser mais acentuado para as cotas raciais. Htun (2004) argumenta que o gênero é uma identidade transversal, pois as mulheres estão presentes em todas as classes, etnias e afiliações partidárias. Isso permite que as cotas de gênero sejam mais facilmente enquadradas como uma questão de equilíbrio ou justiça universal, diminuindo a sensação de ameaça distributiva. Em contrapartida, a raça/etnia tende a ser uma identidade coincidente, frequentemente alinhada a clivagens sociais e políticas. Por se dirigirem explicitamente a grupos racializados, as cotas raciais ativam com mais intensidade, especialmente entre brancos, percepções de competição por recursos escassos como vagas legislativas, financiamento e prestígio institucional, tornando o custo simbólico percebido muito maior.

Essa lógica nos ajuda a compreender por que as cotas de gênero tendem a ser mais aceitas. Isso ocorre porque são frequentemente enquadradas como parte de uma luta universal por equidade. Já as cotas raciais, por sua vez, ao se direcionarem explicitamente a grupos racializados, podem provocar entre os indivíduos não contemplados percepções de exclusão ou competição. Esse tipo de reação pode gerar desconforto ou resistência, o que tende a reduzir o apoio a esse tipo de medida.

Portanto, conclui-se que a forma como a política é comunicada (*framing*)¹⁵ torna-se um fator determinante para uma atitude favorável ou desfavorável do eleitorado. A saliência do custo da inclusão pode reconfigurar drasticamente a opinião pública, transformando o apoio abstrato à igualdade em oposição concreta à política. Essa fundamentação teórica leva diretamente às seguintes hipóteses experimentais:

H2a: A menção da exclusão de grupos majoritários em uma condição experimental resultará em uma diminuição significativa no nível de apoio às políticas de cotas, quando comparado com a condição de controle.

¹⁵ O *framing*, ou efeito de enquadramento em experimentos de *survey*, se refere a como a forma de apresentação de uma informação ou questão pode influenciar a percepção, o julgamento e as decisões dos participantes, mesmo que a informação subjacente seja a mesma.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. The framing of decisions and the psychology of choice. *Science*, v. 211, n. 4481, p. 453-458, 30 jan. 1981.

H2b: A menção da exclusão no nível de apoio às cotas é diferente entre cotas de gênero e cotas raciais. O efeito negativo da menção da exclusão será mais pronunciado no apoio às cotas raciais do que no apoio às cotas de gênero.

3.3.3 IDENTIDADE DE GRUPO, INTERESSE E EMPATIA

As atitudes em relação às cotas são profundamente influenciadas pelo pertencimento a grupos sociais. A teoria do interesse de grupo sugere que indivíduos tendem a apoiar políticas que beneficiam diretamente os grupos aos quais pertencem. É factível esperar que mulheres e pessoas negras, por serem os alvos das cotas eleitorais, demonstram maior apoio a essas medidas, refletindo não apenas um cálculo de interesse, mas também uma percepção mais aguçada das barreiras estruturais que enfrentam em suas experiências vividas.

A predisposição de determinados grupos sociais a apoiar políticas pode estar ancorada não apenas em identidades compartilhadas ou em interesses diretos, mas também em uma capacidade ampliada de empatia com os grupos beneficiários, isso é abordado por Hyams (2025) que aponta para grupos que se sentem emocionalmente ligados a perspectiva do outro. Similarmente, Sirin et al. (2024), demonstram que indivíduos com maior predisposição a sentir empatia por grupos em sofrimento têm maior propensão a apoiar políticas que beneficiam esses grupos, independentemente de interesses pessoais imediatos.

Essa dinâmica é particularmente relevante para compreender padrões de apoio às cotas eleitorais no Brasil: mulheres e pessoas negras, por suas experiências compartilhadas de marginalização, tendem a apresentar maior empatia, tanto intragrupo quanto intergrupos, o que se traduz em maior predisposição a apoiar cotas voltadas a seus próprios grupos.

Em contraste, entre os grupos não beneficiados, a percepção de ameaça ao status e aos interesses do próprio grupo opera como um poderoso motor de oposição. O trabalho de Kim e Kweon (2022) na Coreia do Sul, por exemplo, nos traz essa dinâmica. Por meio de experimentos, os autores demonstram que homens jovens expressam maior oposição às cotas de gênero não por adesão a normas tradicionais, mas por perceberem essas políticas como uma ameaça econômica direta, intensificando a ansiedade sobre uma competição por recursos escassos como empregos e influência política.

Essa assimetria de experiências e percepções, onde um grupo vê uma política como reparadora e o outro como uma ameaça, evidencia que as atitudes em relação às cotas não são neutras. Elas são atravessadas por sentimentos de pertencimento, solidariedade, interesse e ameaça, que se alinham fortemente às fronteiras de gênero e raça. A partir dessas considerações teóricas, proponho as seguinte hipóteses:

H3a: O apoio às cotas de gênero tende a ser mais elevado entre mulheres do que entre homens.

H3b: Indivíduos negros tendem a apresentar maior apoio às cotas raciais em comparação com indivíduos brancos.

3.4 O PAPEL DA ANCORAÇÃO NO APOIO ÀS COTAS

Finalmente, apresento que a formação de atitudes sobre políticas públicas pode ser significativamente influenciada pela sequência em que a informação é apresentada, um mecanismo conhecido na psicologia cognitiva como ancoragem. Proposta originalmente por Tversky e Kahneman (1974), essa teoria postula que os indivíduos tendem a se basear excessivamente na primeira informação que recebem, essa informação é a âncora, para fazer julgamentos subsequentes. No contexto político, Zaller (1992) oferece um mecanismo explicativo poderoso, argumentando que os cidadãos formam suas opiniões a partir das "considerações" que estão mais acessíveis em suas mentes no momento da decisão.

Nesse sentido, a teoria da ancoragem encontra um forte alinhamento com o conceito de sinalização na ciência política, conforme articulado por Clayton (2021) em sua análise sobre a eficácia das cotas de gênero. A adoção de uma política de cotas não apenas altera a composição do legislativo, mas também envia um poderoso sinal aos legisladores sobre a legitimidade e a importância da equidade de gênero. Será que essa sinalização, inicialmente dirigida aos atores políticos, pode ser igualmente percebida pela opinião pública, funcionando como a âncora que molda a percepção sobre ações afirmativas de maneira mais ampla?

Quando a discussão sobre ações afirmativas começa com as cotas de gênero, uma categoria percebida como menos ameaçadora e mais alinhada à luta universal por equidade (Mansbridge, 2003), essa política atua como uma âncora positiva. O público, ao observar a adoção e a legitimidade das cotas de gênero no debate político, recebe o sinal de que tais medidas são um esforço justo para corrigir distorções estruturais.

Assim, quando a discussão sobre cotas eleitorais começa com o gênero, uma categoria que pode ser considerada menos ameaçadora por parte da opinião pública, cria-se um quadro de referência mais positivo e empático para avaliar políticas subsequentes. Tal mecanismo é reforçado pelos achados de Walton et al. (2013), que propõem o conceito de meritocracia afirmativa. Para os autores, o apoio a políticas afirmativas pode ser fortalecido quando os indivíduos percebem essas medidas como parte de um esforço mais amplo e justo para corrigir distorções estruturais nos sistemas. Ao sinalizar as cotas de gênero como compatíveis

com princípios meritocráticos dada a sub-representação sistêmica das mulheres, o indivíduo pode reinterpretar as cotas raciais sob a mesma lógica reparadora, reduzindo a resistência inicial e facilitando o alargamento do escopo de justiça.

Quando as cotas de gênero são vistas por esse viés, como uma resposta justa a uma exclusão histórica das mulheres na política, elas ajudam a reorganizar a maneira como o público entende também as cotas raciais. Ou seja, ao apresentarmos uma política mais aceitável, como a de gênero, criamos uma abertura para que outras políticas que costumam gerar mais resistência também sejam vistas com mais empatia e justiça.

Baseado nisso, proponho as seguinte hipótese:

H5: O apoio às cotas raciais será maior entre aqueles que forem induzidos a pensar primeiro sobre as cotas de gênero.

A seção seguinte detalha a metodologia empregada para testar as hipóteses apresentadas nesta última argumentação, incluindo o desenho do *survey* dos experimentais, que foi concebidos para isolar os efeitos dos fatores discutidos acima. Em seguida, serão apresentados e analisados os resultados, buscando não apenas descrever as atitudes do eleitorado brasileiro em relação às cotas eleitorais, mas também explicar as complexas forças que as moldam, conectando os achados empíricos de volta à teoria.

4. METODOLOGIA E DADOS

Os estudos empíricos sobre a opinião pública a respeito das cotas de gênero e raça no Brasil ainda são escassos. Pesquisas como o Latinobarômetro e os levantamentos realizados pelo Cesop – Unicamp abordam o apoio da população às cotas eleitorais, mas o fazem de maneira geral, sem o aprofundamento necessário para a análise específica proposta por este estudo. Com o objetivo de preencher essa lacuna, foi conduzido um *survey* pelo Instituto Update, organização dedicada à inovação política na América Latina.¹⁶

Portanto, para investigar os determinantes das atitudes dos brasileiros em relação às cotas eleitorais de gênero e raça, esta dissertação adota uma abordagem quantitativa, baseada em um *survey* com experimentos embutidos (*survey experiment*). A escolha dessa metodologia se justifica por dois motivos principais. Em primeiro lugar, o *survey* permite mapear e descrever o panorama da opinião pública sobre o tema, oferecendo uma linha de

¹⁶ INSTITUTO UPDATE. Mais Representatividade. Disponível em: <https://www.institutoupdate.org.br/maisrepresentatividade/index.html>. Acesso em: 19 ago. 2025.

base sobre os níveis de apoio a diferentes tipos de cotas, aspecto ainda pouco explorado na literatura nacional. Em segundo lugar, a incorporação de experimentos de *framing* e *priming*¹⁷ possibilita ir além da mera análise correlacional, permitindo inferências causais sobre como a formulação das políticas e a ativação de conceitos específicos influenciam as atitudes dos cidadãos. Essa estratégia empírica foi cuidadosamente desenhada para testar, de forma sistemática, as hipóteses desenvolvidas nos capítulos anteriores, que examinam o papel dos estereótipos, da percepção de custo, da identidade de grupo e da ancoragem cognitiva na formação da opinião pública.

4.1 COLETA DOS DADOS

Os dados que sustentam esta análise foram coletados para o projeto de pesquisa +Representatividade, comissionado pela organização da sociedade civil Instituto Update. O +Representatividade, é a série de pesquisas do Instituto Update que tem como objetivo identificar os obstáculos e as oportunidades para a representação política de grupos marginalizados, investigando o papel das iniciativas eleitorais não-partidárias, partidos, políticas/os eleitas/os, lideranças da sociedade civil, ativistas e eleitoras/es nesta agenda.¹⁸

Nesta pesquisa, eu atuei como pesquisadora Júnior da equipe, participando diretamente da análise de dados quantitativos e na coleta dos dados qualitativos. A pesquisa foi conduzida pela Dr. Malu Gatto e os dados foram gentilmente cedidos para uso exclusivo nesta dissertação, permitindo uma investigação aprofundada sobre a representação política de grupos marginalizados.

O Survey principal dessa pesquisa foi conduzido pelo Instituto Datafolha por meio de entrevistas telefônicas, realizadas entre os dias 27 de outubro e 11 de novembro de 2020. Direcionado a adultos brasileiros com mais de 18 anos, o levantamento contou com uma amostra de 2.020 entrevistados. É importante notar que este survey foi realizado antes do período das eleições de 2020. Com o objetivo de solidificar a transparência e a validade interna dessa pesquisa, o desenho metodológico foi pré-registrado no registro EGAP, com o

¹⁷ O Priming ou mais conhecido como pré-ativação é o processo de usar uma mensagem política para "acordar" uma identidade ou atitude específica na mente do eleitor, fazendo com que ele use essa atitude como lente para julgar uma política pública.

WHITE, Ismail K. When race matters and when it doesn't: racial group differences in response to racial cues. *American Political Science Review*, v. 101, n. 2, p. 339-354, maio 2007.

¹⁸ GATTO, Malu A. C. *et al.* As preferências do eleitorado sobre a escolha do voto. São Paulo: Instituto Update, 2024. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10191006>. Acesso em: 17 ago. 2025.

GATTO, Malu A. C.; THOMÉ, Débora *et al.* As preferências do eleitorado sobre diversidade. São Paulo: Instituto Update, 2024. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10196503>. Acesso em: 17 ago. 2025.

ID 20201110AB e foi submetido em 10 de novembro de 2020, antes da finalização das entrevistas.¹⁹

O estudo foi conduzido em total conformidade com as diretrizes éticas para pesquisa envolvendo seres humanos. No comitê de ética, o projeto de pesquisa, intitulado “Preferências por Representação e Representatividade no Brasil”, foi submetido à aprovação do Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (CEPH) da FGV. A submissão foi necessária, pois o projeto levanta questões éticas. Foram seguidas as normas da ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa), e os participantes foram informados sobre o tema e a duração da pesquisa antes de concederem seu consentimento. Todos os dados foram coletados de forma anônima e são armazenados de maneira privada, garantindo a confidencialidade e minimizando qualquer risco aos participantes.

Assim, mencionando o rigor metodológico da coleta de dados, a conformidade ética e a transparência do projeto por meio do pré-registro, vamos avançar para a definição dos seus objetivos e relembrar as hipóteses desta pesquisa. A análise, que se baseia nesse conjunto de dados, busca responder a questões aqui elencadas sobre o apoio às cotas eleitorais no Brasil.

4.2 OBJETIVOS

4.2.1 OBJETIVO 1: DOCUMENTAR E DESCREVER O APOIO ÀS COTAS ELEITORAIS

Este objetivo visa responder às perguntas exploratórias fundamentais deste estudo: Qual é o nível de apoio às cotas raciais e de gênero no Brasil? Indivíduos apresentam níveis distintos de apoio às cotas de gênero e às cotas raciais? Eles apoiam mais as cotas de gênero do que as cotas raciais?

A hipótese que será testada para esse objetivo é:

H1a: O nível de apoio para cotas de gênero será maior que o nível de apoio para cotas raciais.

Para responder a essas perguntas e testar a hipótese H1a, serão utilizadas as respostas às perguntas que mensuram o apoio a cotas de gênero e apoio a cotas de raça presentes na

¹⁹ EGAP REGISTRY. More representation: Voters' preferences and institutions for fostering diversity in representation. 2020. Pré-registro de pesquisa (EGAP Registration ID 20201110AB). Disponível em: <https://osf.io/pt9qz>. Acesso em: 18 ago. 2025.

versão de Grupo de Controle do questionário. A pergunta que mensura o apoio às cotas foi realizada da seguinte forma:

“Até que ponto você concorda que o Estado deva exigir que os partidos políticos reservem espaço para mulheres/pessoas negras em suas listas de candidatos?”

O formato escolhido para a pergunta torna explícita a intervenção do Estado e o papel dos partidos políticos, o que confere maior concretude e uniformidade ao conceito de cota eleitoral para todos os entrevistados. Isso acontece porque a forma de perguntar deixa claro que a medida é uma norma institucional que emana do Estado e que a exigência se direciona especificamente aos partidos políticos, que são os principais agentes do processo de seleção de candidatos. A literatura aponta que perguntas diretas sobre temas sensíveis, como cotas, podem sofrer de viés de deseabilidade social, levando os respondentes a mascarar suas verdadeiras atitudes. Mesmo assim, optamos por fazer a pergunta da forma mais direta e convencional para mensurar esse apoio e estabelecer a percepção da opinião pública sobre as cotas em uma abordagem de linha de base (*baseline*).

A mensuração da mesma foi realizada em uma escala de cinco pontos, com as respostas variando de "concordo totalmente" a "discordo totalmente". A análise foi realizada por meio de estatística descritiva olhando para a porcentagem e médias de apoio para cada tipo de cota, permitindo uma clara visualização dos níveis gerais de apoio e da comparação entre eles.

4.2.2 OBJETIVO 2: INVESTIGAR OS DETERMINANTES NO APOIO ÀS COTAS

Nesse objetivo investigar os determinantes do apoio às cotas eleitorais a partir de uma abordagem experimental e observacional ele busca responder a seguinte pergunta: Quais fatores podem explicar o apoio aos dois tipos de cota? As explicações para o apoio são organizadas em duas categorias: as características da política e as características dos indivíduos.

4.2.2.2 CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA

Em relação às características da política, utilizei uma abordagem experimental para investigar como a apresentação e a contextualização da política influenciam a opinião pública.

4.2.2.2.1 Experimento de Framing: Impacto da Percepção de Custos

A primeira manipulação experimental visa testar como o enquadramento da informação sobre cotas afeta o apoio dos respondentes. Os participantes foram divididos em um **Grupo de Controle** e um **Grupo de Tratamento**. Enquanto o grupo de controle respondeu a perguntas sobre apoio às cotas com um *framing* de benefício, o grupo de tratamento recebeu uma versão que mencionava explicitamente um custo ou perda de espaço para o grupo majoritário.

Este experimento de *framing* foi concebido para testar as seguintes hipóteses:

H2a: A menção da exclusão de grupos majoritários em uma condição experimental resultará em uma diminuição significativa no nível de apoio às políticas de cotas, quando comparado com a condição de controle.

H2b: A menção da exclusão no nível de apoio às cotas é diferente entre cotas de gênero e cotas raciais. O efeito negativo da menção da exclusão será mais pronunciado no apoio às cotas raciais do que no apoio às cotas de gênero.

Vejamos a seguir como as perguntas foram realizadas no questionário,

Tabela 2 - Mensuração de Preferências de Cotas Experimento Framing

Medida	Pergunta
Apoio a Cotas de Gênero	
Grupo de Controle (<i>Framing</i> Benefício)	“Até que ponto você concorda que o Estado deva exigir que os partidos políticos reservem espaço para mulheres em suas listas de candidatos”
Grupo de Tratamento (<i>Framing</i> Benefício + Custo)	“Até que ponto você concorda que o Estado deva exigir que os partidos políticos reservem espaço para mulheres em suas listas de candidatos [mesmo que isso signifique excluir alguns homens]”
Apoio a Cotas de Raça	
Grupo de Controle (<i>Framing</i> Benefício)	“Até que ponto você concorda que o Estado deva exigir que os partidos políticos reservem espaço para pessoas negras em suas listas de candidatos”
Grupo de Tratamento (<i>Framing</i> Benefício + Custo)	“Até que ponto você concorda que o Estado deva exigir que os partidos políticos reservem espaço para pessoas negras em suas listas de candidatos”

Custo)	suas listas de candidatos [mesmo que isso signifique excluir alguns candidatos brancos]”
--------	--

A mensuração dessas perguntas foi realizada em uma escala de cinco pontos, com as respostas variando de "concordo totalmente" a "discordo totalmente". A análise do *framing* permitirá verificar como a explicitação de um custo percebido afeta as atitudes, ativando predisposições específicas dos respondentes em relação aos grupos envolvidos.

A análise será realizada por meio da comparação de médias de apoio entre o grupo de controle e o grupo de tratamento para cada tipo de cota (gênero e raça). Foi incorporado um teste de diferença de médias, especialmente o teste t para verificar se as diferenças observadas são estatisticamente significativas.

4.2.2.1 CARACTERÍSTICAS DOS INDIVÍDUOS

Essa explicação se concentra em uma abordagem observacional dos dados, utilizando o apoio às cotas no grupo de controle como variável dependente (VD). O foco recai em testar se o pertencimento ao grupo diretamente beneficiado pela política, ser mulher no caso das cotas de gênero e ser uma pessoa negra no caso das cotas raciais está associado a um maior nível de apoio. Foram estimados modelos de regressão para investigar os fatores (VI) que influenciam o apoio às cotas, testando as seguintes hipóteses:

H3a: O apoio às cotas de gênero tende a ser mais elevado entre mulheres do que entre homens.

H3b: Indivíduos negros tendem a apresentar maior apoio às cotas raciais em comparação com indivíduos brancos.

Para esta análise, a variável dependente é o apoio às cotas de gênero e raça, medido nas escalas de cinco pontos já mencionadas anteriormente. As variáveis independentes incluirão características sociodemográficas dos participantes, como sexo, raça/cor e posicionamento ideológico por meio de uma proxy que há no questionário sobre preferência partidária além de identificação com o feminismo e uma variável que mensura o sexismo. Outras variáveis relevantes como idade, renda, escolaridade, ideologia, identificação com o feminismo e sexismo serão utilizadas para controlar as explicações de nível individual.

4.2.2.1 CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA COM ANCORAÇÃO

4.2.2.2.2 Experimento de *Priming*: Influência da Ancoragem

Adicionalmente, a segunda manipulação experimental utiliza a técnica de "*priming*", esperamos que a exposição a um estímulo inicial influencie a resposta a um estímulo subsequente. Neste experimento, a manipulação consiste na ordem de apresentação das perguntas sobre o apoio às cotas de gênero e às cotas raciais. Metade da amostra respondeu primeiro às perguntas sobre cotas de gênero (Ordem A), e a outra metade respondeu primeiro às perguntas sobre cotas raciais (Ordem B). A lógica subjacente é que o ato de pensar sobre um tipo de cota, nesse caso a de gênero, pode ativar conceitos relacionados na mente dos participantes, tornando-os mais receptivos ou propensos a apoiar outro tipo de cota, nesse caso as raciais.

Este experimento de *priming* foi elaborado para testar a seguinte hipótese:

H5: O apoio às cotas raciais será maior entre aqueles que forem induzidos a pensar antes sobre cotas de gênero.

Tabela 2 - Mensuração de Preferências de Cotas Experimento Priming

ORDEM A		ORDEM B	
Medida	Pergunta	Medida	Pergunta
Apoio a Cotas de Gênero		Apoio a Cotas de Raça	
Grupo de Controle (<i>Framing Beneficio</i>)	“Até que ponto você concorda que o Estado deva exigir que os partidos políticos reservem espaço para mulheres em suas listas de candidatos”	Grupo de Controle (<i>Framing Beneficio</i>)	“Até que ponto você concorda que o Estado deva exigir que os partidos políticos reservem espaço para pessoas negras em suas listas de candidatos”
Grupo de Tratamento (<i>Framing Beneficio + Custo</i>)	“Até que ponto você concorda que o Estado deva exigir que os partidos políticos reservem espaço para mulheres em suas listas de candidatos [mesmo que isso signifique excluir alguns homens]”	Grupo de Tratamento (<i>Framing Beneficio + Custo</i>)	“Até que ponto você concorda que o Estado deva exigir que os partidos políticos reservem espaço para pessoas negras em suas listas de candidatos [mesmo que isso signifique excluir alguns candidatos brancos]”
Apoio a Cotas de Raça		Apoio a Cotas de Gênero	
Grupo de Controle (<i>Framing Beneficio</i>)	“Até que ponto você concorda que o Estado deva exigir que os partidos políticos reservem espaço para pessoas negras em suas listas de candidatos”	Grupo de Controle (<i>Framing Beneficio</i>)	“Até que ponto você concorda que o Estado deva exigir que os partidos políticos reservem espaço para mulheres em suas listas de candidatos”

Grupo de Tratamento (Framing Benefício + Custo)	"Até que ponto você concorda que o Estado deva exigir que os partidos políticos reservem espaço para pessoas negras em suas listas de candidatos [mesmo que isso signifique excluir alguns candidatos brancos]"	Grupo de Tratamento (Framing Benefício + Custo)	"Até que ponto você concorda que o Estado deva exigir que os partidos políticos reservem espaço para mulheres em suas listas de candidatos [mesmo que isso signifique excluir alguns homens]"
--	---	--	---

A análise será realizada por meio de diferença de médias, ou seja irei comparar a média de apoio às cotas raciais no grupo que recebeu a ORDEM A, quando o gênero vem primeiro com a média de apoio às cotas raciais no grupo ORDEM B, onde a raça veio primeiro. Será realizado um *teste t* independente para verificar se há diferença significativa entre as médias de apoio nos dois grupos.

4.3 PROCEDIMENTOS

Todo o procedimento de análise dos dados foi realizado na linguagem *R*, com o apoio da interface *R Studio* e de pacotes auxiliares do R, utilizando uma série de pacotes como o Tidyverse²⁰ (como dplyr e ggplot2), além de pacotes específicos para regressão e testes estatísticos rstatix.²¹ Toda a análise descritiva das variáveis de tests de balanceamento podem ser vistas no Apêndice.

As variáveis dependentes centrais do estudo mensuram o grau de apoio às cotas de gênero e às cotas raciais. A variável de apoio às cotas de gênero foi nomeada apoio_mulheres, enquanto a variável que expressa o apoio às cotas raciais foi nomeada apoio_pessoasnegras. Ambas foram construídas a partir das respostas em uma escala do tipo Likert de cinco pontos. Para manter a coerência na direção das variáveis, a escala foi invertida, de modo que valores mais altos sempre corresponderam a um maior apoio. As respostas do tipo "não sabe" ou recusas foram tratadas como valores ausentes, assegurando a integridade das estimativas.

Para alcançar o primeiro objetivo, que consistia em descrever o apoio e testar a hipótese de que as cotas de gênero recebem maior suporte do que as cotas raciais, concentrei a análise no grupo de controle, composto por 985 participantes. Inicialmente, utilizei estatísticas descritivas para obter médias e proporções de apoio. Em seguida, empreguei o teste t para amostras pareadas, uma técnica adequada para comparar a média de apoio às duas políticas

²⁰ WICKHAM, Hadley et al. tidyverse: Easily Install and Load the 'Tidyverse'. Versão 2.0.0. S.l., 2023. Disponível em: <https://www.tidyverse.org/packages/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

²¹ KASSAMBARA, Alboukadel. rstatix: Pipe-Friendly Framework for Basic Statistical Tests. Versão 0.7.2. S.l., 2023. Disponível em: <https://cran.r-project.org/package=rstatix>. Acesso em: 5 ago. 2025.

dentro dos mesmos indivíduos, verificando se essa diferença é estatisticamente significativa. A fórmula utilizada para expressar essa diferença foi:

$$\mu_{gênero} - \mu_{raça}$$

No segundo objetivo, busquei compreender os fatores individuais que influenciam o apoio às cotas, com foco também no grupo de controle, mas para essa análise observacional de apoio às cotas eleitorais, foram removidos 36 casos com respostas ausentes nas características demográficas em 949 observações válidas dos participantes. Embora a variável dependente seja ordinal, optou-se por tratá-la como contínua e empregar a regressão linear por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Essa abordagem, comum nas ciências sociais para escalas Likert de cinco ou mais pontos, facilita a interpretação direta dos coeficientes. Para aprofundar a análise, foram estimados quatro modelos sequenciais e aninhados para cada tipo de cota, adicionando progressivamente blocos de variáveis:

Modelo 1: Apenas variáveis sociodemográficas.

Modelo 2: Adiciona a variável de Ideologia.

Modelo 3: Adiciona a autoidentificação Feminista.

Modelo 4: Adiciona a variável de Sexismo, sendo esse o modelo completo.

O modelo completo estimado foi:

$$\begin{aligned} ApoioCotas_i = & \beta_0 + \beta_1 Mulher_i + \beta_2 Raça/Cor_i + \beta_3 Escolaridade_i \\ & + \beta_4 Idade_i + \beta_5 Renda_i + \beta_6 Ideologia_i + \beta_7 Feminista_i + \beta_8 Sexismo_i + \epsilon_i \end{aligned}$$

As variáveis independentes foram definidas da seguinte forma:

- **Mulher:** Variável binária (1 = mulher; 0 = homem). A inclusão dessa variável no modelo é fundamental para testar a hipótese que sugere que o apoio será mais elevado entre as mulheres do que os homens, sendo o principal grupo beneficiado pelas cotas de gênero, espero que as mulheres demonstrem maior apoio, motivadas pelo interesse direto e pela experiência de marginalização.
- **Negro:** Variável binária (1 = negros; 0 = não negros).²² De maneira similar a anterior, postulo que os inidvíduos negros (pretos e pardos) apresentarão maior apoio às cotas raciais, ela me permite explorar a teoria do interesse de grupo e a solidariedade identitária no contexto da raça.

²² IBGE. Painel Cor ou Raça. [S. l.]: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/painel-cor-ou-raca/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

- **Escolaridade:** Variável ordinal de 8 níveis (1 = Analfabeto ou Primário/fundamental incompleto; 2 = Primário/fundamental I completo ou Ginásial/fundamental II incompleto; 3 = Ginásio ou fundamental II; 4 = Colegial ou ensino médio incompleto; 5 = Colegial ou ensino médio completo; 6 = Superior incompleto; 7 = Superior completo; 8 = Pós-graduação).
- **Renda:** Variável ordinal com 8 níveis de Renda (1 = Até R\$ 1.412,00; 2 = de R\$ 1.413,00 até R\$ 2.824,00; 3 = de R\$ 2.825,00 até R\$ 4.236,00; 4 = de R\$ 4.237,00 até R\$ 7.060,00; 5 = de R\$ 7.061,00 até R\$ 14.120,00; 6 = de R\$ 14.121,00 até R\$ 28.240,00; 7 = de R\$ 28.241,00 até R\$ 70.600,00; 8 = R\$ 70.601,00 ou mais).
Estudos como os de Kim e Kweon (2022) sugerem que indivíduos com maior capital educacional e econômico tendem a se opor mais a políticas afirmativas, a inclusão das variáveis escolaridade e renda me permite testar se a defesa de privilégios se manifesta de maneira significativa no apoio às cotas, especialmente em relação às cotas de raça.
- **Idade:** Variável ordinal de 5 níveis que representa a idade dos indivíduos, agrupada em faixas etárias. As categorias foram definidas da seguinte forma: (1 = 16-24 anos; 2 = 25-34 anos; 3 = 35-44 anos; 4 = 45-59 anos; 5 = 60 anos ou mais). A literatura indica que atitudes e predisposições políticas podem persistir a longo prazo na vida adulta (Sears e Funk; 1999), além disso há evidências de que homens jovens tendem a apoiar menos as cotas de gênero (Kim e Kweon; 2022). Assim a idade me permite controlar as diferentes visões a valores associados à faixa etária do indivíduo.
- **Ideologia:** Para mensurar ideologia, consideramos a pergunta que solicita aos entrevistados que atribuem uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto gostam do Partido dos Trabalhadores (PT). A nota serve como um indicador direto da afinidade ou preferência do indivíduo pelo partido. Um escore mais alto (próximo de 10) sugere uma forte preferência, enquanto um escore baixo (próximo de 0) indica uma aversão ou uma baixa afinidade. A variável foi recodificada para indicar (1 = Grau de afinidade se foi atribuída uma nota > 5; Ausência de afinidade se a nota atribuída foi < 5). A identificação ideológica tem sido um dos predicadores mais consistentes das atitudes em relação às políticas afirmativas. Estudos clássicos mostraram que a rejeição a políticas afirmativas está frequentemente vinculada a posições ideológicas conservadoras, que, embora não neguem o princípio da igualdade, se opõem à intervenção estatal para corrigi-las (Kinder e Sanders, 1996; Federico Federico, 2022). Já existem estudos anteriores que encontraram significância robusta dessa variável

tanto no Brasil quanto em outros países (Beauregard e Sheppard , 2018; Batista e Porto, 2020).

- **Feminista:** Variável binária (1 = se considera feminista; 0 = não se considera feminista). A autoidentificação feminista representa uma consciencisa crítica e específica em relação as desigualdades de Gênero.²³ O indivíduo pode utilizar essa perspectiva como uma lente que o ajuda a identificar as barreiras estruturais no apoio às cotas de gênero, mas também as cotas raciais dada a interseccionalidade com a luta pela equidade.
- **Sexismo:** Variável binária (1 = concorda que homens são melhores líderes políticos que mulheres; 0 = não concorda que homens são melhores líderes políticos que mulheres). Essa variável me permite testar crenças que são abertamente hierárquicas sobre a capacidade de liderança de homens e mulheres enquanto líderes políticos, derivando da teoria do sexismo hostil de Glick e Fiske (1997). Isso quer dizer que uma maior concordância com a visão sexista pode diminuir o apoio às cotas. Além do mais, ao inserir essa variável para estimar o apoio às cotas de raça investigo uma atitude hierárquica generalizada já que o sexismo pode também influenciar na redução do apoio às cotas raciais.

Por fim, para investigar os efeitos causais do enquadramento das perguntas e da ordem em que foram apresentadas, seguimos para as perguntas dos dois experimentos. A análise utilizou dados de ambos os grupos, controle, com 985 participantes, e tratamento, com 1035 participantes. No experimento de enquadramento da informação, os participantes foram alocados aleatoriamente em dois grupos. O grupo de controle respondeu à pergunta sobre cotas com uma formulação que destacava os benefícios das ações afirmativas. Já o grupo de tratamento recebeu uma formulação que enfatizava os possíveis custos, como a exclusão de homens ou de pessoas brancas. Para comparar os níveis médios de apoio entre os dois grupos, utilizei o teste t para amostras independentes.

No experimento de priming, a manipulação consistiu na alteração da ordem das perguntas. Metade da amostra respondeu primeiro sobre cotas de gênero, enquanto a outra metade respondeu primeiro sobre cotas raciais. Essa divisão teve como objetivo testar se a ativação do tema de gênero influenciava o apoio subsequente às cotas raciais. A comparação

²³ CHILDS, Sarah; KROOK, Mona Lena. Analysing Women's Substantive Representation: From Critical Mass to Critical Actors. *Government and Opposition*, Cambridge, v. 44, n. 2, p. 125-145, 2009. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/government-and-opposition/article/abs/analysing-womens-substantive-representation-from-critical-mass-to-critical-actors/EA6330FC329A3527F42FD38728145C3>. Acesso em: 17 nov. 2025

foi feita por meio das médias da variável apoio_pessoasnegras entre os dois grupos, identificados como Ordem A e Ordem B.

5. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

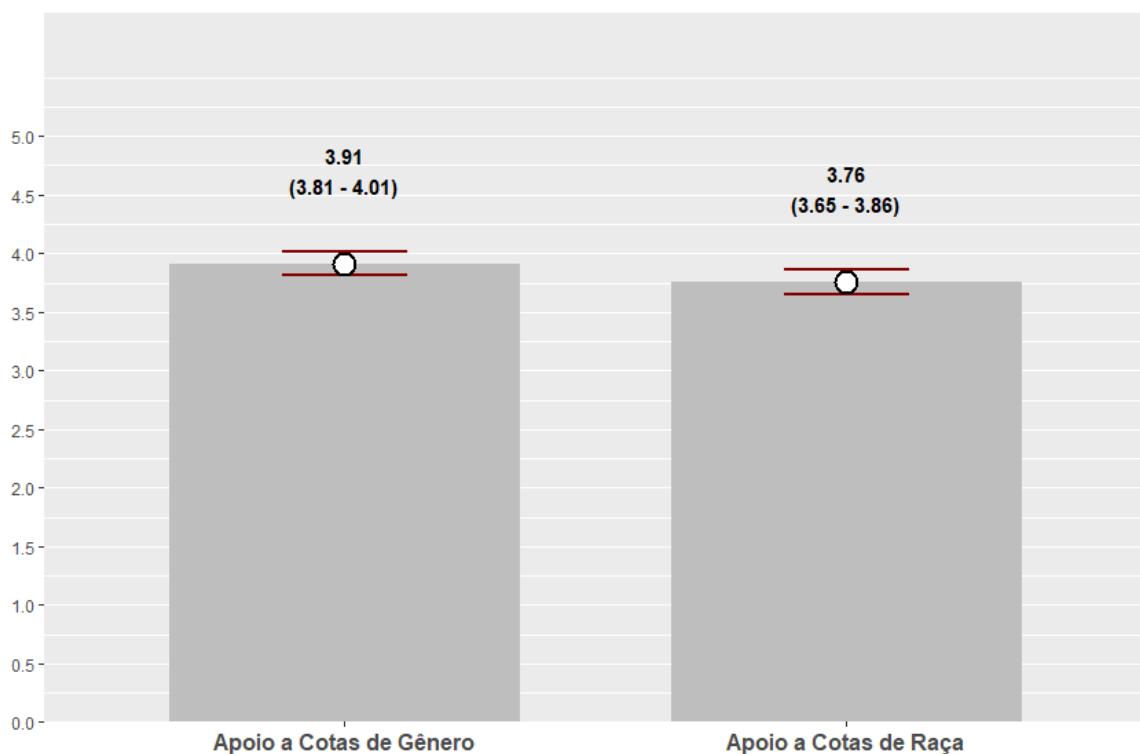
5.1 ANÁLISE DAS DIFERENÇAS NO APOIO AS COTAS ELEITORAIS

As primeiras análises apresentadas buscam responder às perguntas exploratórias centrais desta pesquisa: qual é o nível de apoio às cotas eleitorais de gênero e de raça no Brasil? Existe diferença significativa entre o apoio a esses dois tipos de ação afirmativa? Especificamente, investiga-se se os indivíduos tendem a apoiar mais as cotas de gênero do que as cotas raciais.

Os resultados descritivos foram obtidos a partir do grupo de controle analisado com 977 entrevistados e medidos em uma escala de 1 a 5 que vai de discordo totalmente a concordo totalmente, revelam um apoio majoritário a ambos os tipos de cotas, mas com nuances importantes. O apoio a Cotas de Gênero apresenta uma média de 3.91 (IC 95%: 3.81 - 4.01), superior a média de 3.76 (IC 95%: 3.65 - 3.86) observada para as cotas raciais. Essa diferença é aparentemente modesta, mas foi realizado um teste t pareado, já que os mesmos respondentes foram submetidos às duas perguntas. Os resultados confirmaram a hipótese H1a, revelando uma diferença média de 0.16 pontos (apoio a cotas de gênero > apoio a cotas raciais), com uma estatística $t(976)$ de 4.54 e um p-valor de 3.119e-06 ($p < 0.001$).

Esse achado já corrobora a hipótese (H1a) de que Cotas de Gênero possuem uma maior aceitação pública mas podemos reforçar também que essa maior aceitação pode ser uma acomodação estratégica como sinaliza a literatura. Os eleitores podem utilizar o identificar o seu viés pró-mulher por meio de características desejáveis para apoiar as Cotas de Gênero.

Gráfico 1 - Diferenças no Apoio às Cotas de Gênero e Raça



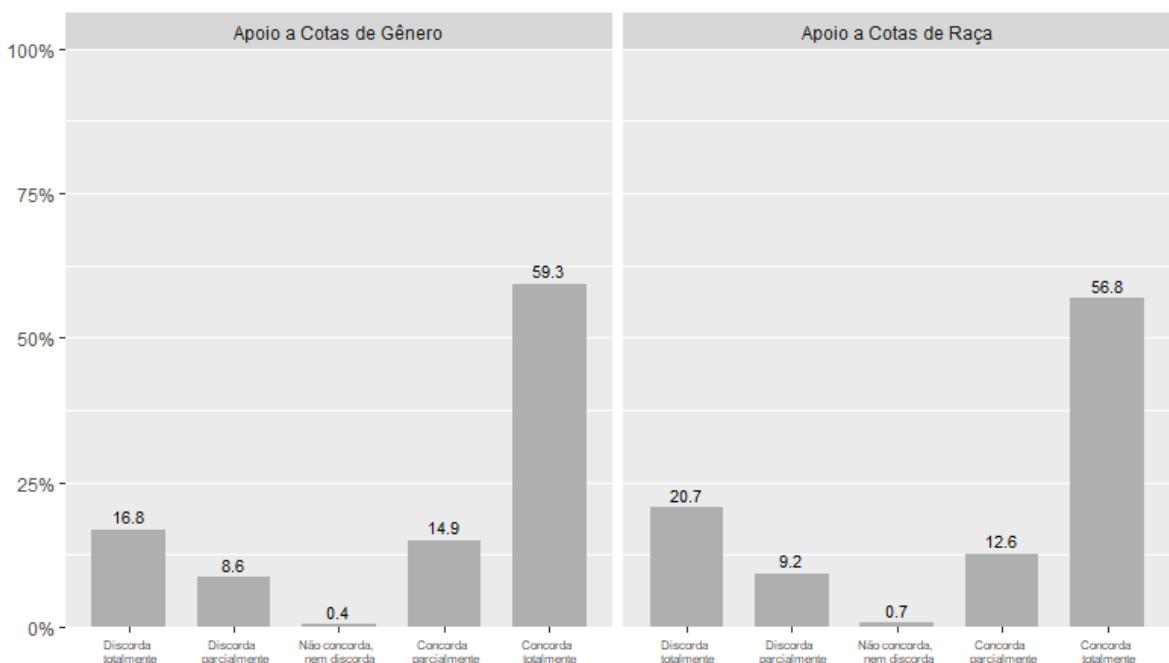
T teste: $p = 3.12e-06$

Fonte: Elaboração do autor. N = 977 entrevistados.

A diferença nas médias de apoio, identificada no Gráfico 1, é reforçada e contextualizada pela análise da distribuição percentual das respostas (Gráfico 2). Os dados revelam não apenas *que* o apoio é diferente, mas também *como* ele se manifesta nos extremos do espectro de concordância. Os dados mostram 59.3% dos entrevistados expressando concordância total com as cotas de gênero ($n = 579$), frente a 56.8% para as cotas raciais ($n = 555$).

Contudo, a análise se torna mais aprofundada ao focarmos na oposição. A resistência às cotas raciais é consideravelmente mais intensa e categórica. A taxa de discordância total para as cotas raciais atinge 20.7% ($n = 202$), quase quatro pontos percentuais acima dos 16.8% ($n = 164$) observados para as cotas de gênero. A diferença observada é de 0.15 pontos na escala da média, o que equivale a 8% mais respostas de concordância total para cotas de gênero.

Gráfico 2 - Distribuição Percentual do nível de concordância ao Apoio às Cotas Eleitorais de Gênero e Raça



Fonte: Elaboração do autor. N = 977 entrevistados.

Essa assimetria na rejeição explícita corrobora a tese de que as cotas raciais ativam mecanismos de ameaça ao status quo e ressentimento racial de forma muito mais aguda pois não estão sendo amparadas por estereótipos benevolentes que poderiam suavizar sua percepção. Além do mais, a distribuição das respostas intermediárias sugere uma maior polarização no debate sobre raça, a proporção de entrevistados que concordam parcialmente é menor para as cotas raciais 12.6% (n = 123) do que para as de gênero 14.9% (n = 146).

O que realmente chama a atenção nos dados é como as pessoas reagem de forma diferente ao debate racial. Há poucos entrevistados em cima do muro, ou apoiam, ou rejeitam com mais força. Isso indica que a discussão sobre cotas raciais polariza as opiniões, levando as pessoas a adotarem posições mais rígidas. Essa dinâmica é consistente com a análise de que o tema é altamente politizado, estando diretamente ligado a identidades de grupo e ao medo de perda de privilégios (Samuels et al., 2024). A lógica aqui é diferente daquela para as cotas de gênero; enquanto o sexismo benevolente pode criar uma nuance de apoio para as mulheres, o debate racial parece ser mais direto, focado em ganhos e perdas.

Concluindo, os achados mostram de forma clara que o apoio às cotas de gênero supera o apoio às cotas raciais. Isso sinaliza um desafio concreto: tornar as cotas raciais uma

política consolidada no país pode ser um processo mais difícil, com mais oposição da sociedade e dos políticos, quando comparado aos avanços na pauta da igualdade de gênero.

5.3 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DOS INDIVÍDUOS

Dando continuidade à investigação, o segundo objetivo desta pesquisa busca compreender quais fatores explicam o apoio às cotas eleitorais de gênero e raça descritos no ponto anterior. Essa análise tem caráter observacional e foca exclusivamente nos dados do grupo de controle, utilizando o nível de apoio às cotas como variável dependente. A partir da literatura este objetivo testa hipóteses específicas que preveem maior apoio às cotas de gênero por parte das mulheres (H3a) e maior apoio às cotas raciais por indivíduos negros (H3b).

Para compreender os fatores que moldam o apoio às cotas de gênero, esta seção emprega uma análise de regressão sequencial, detalhada na Tabela 1. A abordagem consiste em construir quatro modelos aninhados, adicionando progressivamente blocos de variáveis, sociodemográficas, ideológicas e atitudinais, para observar como a influência de cada fator se manifesta e se altera.

Tabela 4 - Modelos Determinantes no Apoio às Cotas de Gênero

	M1: Socio		M2: + Ideologia		M3: + Feminism o		M4: + Sexismo	
	Estimates	std. Error	Estimates	std. Error	Estimates	std. Error	Estimates	std. Error
(Intercept)	5.04***	0.23	4.63***	0.24	4.56***	0.23	4.64***	0.24
MULHER	0.24*	0.10	0.18	0.10	0.11	0.10	0.10	0.10
NEGRO	-0.12	0.10	-0.17	0.10	-0.15	0.10	-0.14	0.10
ESCOLARIDA DE	-0.12***	0.03	-0.09**	0.03	-0.10**	0.03	-0.11***	0.03
IDADE	-0.10*	0.04	-0.07	0.04	-0.06	0.04	-0.06	0.04
RENDAM	-0.09*	0.04	-0.08*	0.04	-0.09*	0.03	-0.09**	0.03
IDEOLOGIA			0.54***	0.10	0.43***	0.10	0.43***	0.10
FEMINISTA					0.51***	0.10	0.49***	0.10
SEXISMO							-0.38*	0.15
Observations	949		949		949		949	
R ² /R ² adjusted	0.055 / 0.050		0.082 / 0.076		0.104 / 0.097		0.110 / 0.102	

Significância: *** ≡ $p < 0.001$; ** ≡ $p < 0.01$; * ≡ $p < 0.05$

Fonte: Elaboração do autor. N = 949 entrevistados.

No Modelo 1 M1:SOCIO que apresenta as variáveis sociodemográficas, somente a característica MULHER apresenta um coeficiente positivo e estatisticamente significativo (Estimativa = 0.24, $p < 0.05$). A variável que indica a característica de ser uma pessoa NEGRA não demonstrou um efeito estatisticamente significativo no apoio às cotas ($p > 0.10$). Isso indica que, ao considerar apenas características demográficas, as mulheres são, de fato, mais propensas a apoiar as cotas de gênero do que os homens. Assim, conforme a literatura aponta, espera-se que indivíduos apoiem políticas que beneficiem os grupos aos quais pertencem. O Resultado materializa essa expectativa ao isolar os fatores demográficos, as mulheres, como beneficiárias diretas da política, de fato demonstram um maior apoio. Assim nossa hipótese inicial da análise, a hipótese H3a que aponta para o maior apoio às cotas de gênero por parte das mulheres é validada.

Ao passo que o modelo revela uma forte correlação negativa entre status socioeconômico e o apoio à política. As variáveis ESCOLARIDADE (Estimativa = -0.12, $p < 0.001$), IDADE (Estimativa = -0.10, $p < 0.01$) e RENDA (Estimativa = -0.09, $p < 0.05$) são todas significativas e negativas. Este achado inicial já sugere que indivíduos com maior capital educacional e econômico tendem a se opor mais às cotas de gênero, alinhando-se à teoria da defesa de privilégios.

Esse achado se conecta perfeitamente com a discussão teórica sobre a percepção de ameaça entre grupos não beneficiados ou privilegiados. Os estudos de Kim e Kweon (2022), que demonstram como a oposição às cotas pode ser motivada por uma percepção de "ameaça econômica direta" e ansiedade sobre a competição por recursos escassos ocorre também no Brasil. Logo, indivíduos com maior capital educacional e econômico ou seja, aqueles que ocupam posições de maior privilégio no *status quo* tendem a se opor mais às cotas de gênero. Este resultado alinha-se à ideia de que esses grupos percebem a política como uma ameaça à sua posição e aos mecanismos meritocráticos que, teoricamente, a sustentam.

Em resumo, mesmo sendo o modelo mais simples e inicial ele já desenha o campo de disputa em torno das cotas, refletindo a assimetria de experiências e percepções que desenvolvi na teoria. De um lado, o grupo-alvo da política, mulheres demonstram seu apoio, movido por interesse e vivência. Do outro, os grupos de maior status socioeconômico demonstram oposição, agindo conforme a lógica da defesa de privilégios e da percepção de ameaça.

Agora, ao introduzir a variável IDEOLOGIA no Modelo 2 para captar dimensões ideológicas, sua influência se revela imediata e robusta. Com um coeficiente positivo e altamente significativo (Estimativa = 0.54, $p < 0.001$), a ideologia se firma nesse cenário como um preditor fundamental do apoio às cotas de gênero. Tradicionalmente, indivíduos e partidos alinhados à esquerda, que valorizam a igualdade social e defendem maior intervenção do Estado, tendem a apresentar maior apoio a medidas redistributivas como as cotas. Essa relação é bem documentada em diversos contextos. Beauregard e Sheppard (2018), por exemplo, ao analisarem o caso australiano, identificaram que o apoio às cotas de gênero é fortemente condicionado por valores ideológicos e pela filiação partidária, sendo mais comum entre aqueles que defendem a atuação estatal na promoção da igualdade. No contexto brasileiro, a literatura também aponta que o apoio ao intervencionismo governamental frequentemente associado à esquerda, está positivamente relacionado ao apoio às cotas eleitorais de gênero (Batista e Porto, 2020). Embora esse trabalho não tenha formulado uma hipótese específica sobre ideologia, podemos perceber que no apoio às cotas de gênero ela é variável preditora relevante.

Perseguindo a análise o impacto mais notável, no entanto, é a neutralização do efeito da identidade de gênero. O coeficiente da variável MULHER, que era significativo no modelo anterior, torna-se estatisticamente não significativo (Estimativa = 0.18). Essa mudança é importante pois sugere que a maior propensão das mulheres em apoiar as cotas, observada no Modelo M1, é mediada por suas posições ideológicas. Ou seja, o que impulsiona o apoio não é somente o pertencimento ao grupo, mas a adesão a um sistema de valores progressistas que é, em média, mais prevalente entre as mulheres. A ideologia, nesse caso, funciona como uma lente através do qual o apoio à política é formado, sobrepondo-se ao interesse de grupo direto.

No Modelo 3 avanço na análise ao incluir a autoidentificação como FEMINISTA. Esta variável também se mostra um preditor extremamente forte e positivo (Estimativa = 0.51, $p < 0.001$). É importante notar que, mesmo com a presença de FEMINISTA, a variável IDEOLOGIA permanece com um coeficiente expressivo e altamente significativo (Estimativa = 0.43, $p < 0.001$). Isso indica que, embora relacionadas, a ideologia de esquerda/direita e a consciência feminista possuem efeitos independentes e aditivos sobre o apoio às cotas. Enquanto a ideologia captura uma visão mais ampla sobre o papel do Estado e a justiça social, a identidade feminista representa uma consciência crítica específica sobre as barreiras estruturais de gênero. A força dessa variável reforça que o apoio a essa política afirmativa está profundamente enraizado em sistemas de crenças, que fornecem as ferramentas analíticas para justificar e defender a necessidade de tais intervenções.

No Modelo 4, introduzo a variável SEXISMO, mensurada a partir da concordância com a afirmativa de que "homens são melhores líderes políticos do que as mulheres". Esta formulação capta uma dimensão específica do preconceito: o sexismo hostil, que, conforme a teoria de Glick e Fiske (1997), se baseia na depreciação explícita das capacidades femininas em domínios de poder. Os resultados mostram que esta variável possui um impacto independente e significativo na formação de atitudes. A atitude SEXISTA apresenta um coeficiente negativo e estatisticamente significativo (Estimativa = -0.38, $p < 0.05$), mesmo após o controle por identidade, status socioeconômico, ideologia e feminismo. Isso significa que, quanto maior a crença de um indivíduo na superioridade da liderança masculina, menor será seu apoio à política de cotas de gênero. O achado é teoricamente consistente.

Claro que esse achado deve ser analisado em conjunto com a discussão da literatura sobre o sexismo benevolente. Enquanto os dados deste estudo demonstram que o sexismo hostil reduz o apoio, a literatura para o Brasil (Batista & Porto, 2020; Beauregard e Sheppard, 2018; Gatto, 2024; Wiley et al., 2020) sugere que o sexismo benevolente aumente o apoio mais intensamente. Aqui já aponto uma limitação, não existe uma medida para o sexismo benevolente neste survey o que impede um teste direto dessa dualidade, essa medida pode ser uma página para próximos capítulos. Contudo, os resultados para o sexismo hostil fornecem uma peça do quebra-cabeça, confirmado que crenças abertamente hierárquicas sobre gênero são um motor significativo e independente da oposição às cotas.

Passamos agora a analisar os determinantes do apoio às cotas raciais, seguindo a mesma estrutura de modelos sequenciais. O foco desta análise é testar se os achados coadunam ou rejeitam a hipótese H3b, que postula que indivíduos negros tendem a apresentar maior apoio às cotas raciais em comparação com indivíduos brancos.

Tabela 5 - Modelos Determinantes no Apoio às Cotas de Raciais

	M1: Socio		M2: + Ideologia		M3: + Feminismo		M4: + Sexismo	
	Estimates	std. Error	Estimates	std. Error	Estimates	std. Error	Estimates	std. Error
(Intercept)	5.10***	0.24	4.63***	0.25	4.55***	0.24	4.64***	0.25
MULHER	0.25*	0.11	0.18	0.11	0.10	0.11	0.08	0.11
NEGRO	-0.07	0.11	-0.12	0.11	-0.10	0.10	-0.09	0.10
ESCOLARIDADE	-0.19***	0.03	-0.16***	0.03	-0.17***	0.03	-0.17***	0.03

IDADE	-0.09*	0.04	-0.06	0.04	-0.05	0.04	-0.04	0.04
RENDAM	-0.07	0.04	-0.07	0.04	-0.07	0.04	-0.07	0.04
IDEOLOGIA			0.62***	0.11	0.49***	0.11	0.49***	0.11
FEMINISTA					0.62***	0.11	0.60***	0.11
SEXISMO							-0.40**	0.16
Observations	949		949		949		949	
R ² /R ² adjusted	0.072 / 0.067		0.104 / 0.098		0.133 / 0.126		0.139 / 0.132	
Significância: *** ≡ p < 0.001; ** ≡ p < 0.01; * ≡ p < 0.05								

Fonte: Elaboração do autor. N = 949 entrevistados.

A análise indica uma rejeição clara da hipótese H3b. Ao longo de todos os quatro modelos, desde o mais simples (M1) até o mais completo (M4), a análise indica uma rejeição clara da hipótese H3b. A variável que identifica a característica individual da pessoa NEGRA não apresenta coeficientes estatisticamente significativos. Nem mesmo as direções das estimativas sinalziam o apoio de pessoas negras às cotas de raça, os erros padrões me impedem qualquer conclusão de que indivíduos negros apoiam as cotas raciais mais do que os brancos nesta amostra. Este achado, embora contraintuitivo à luz da teoria do interesse de grupo abordada nessa pesquisa, alinha-se mais à discussão da literatura sobre o contexto brasileiro. A ausência de um efeito identitário robusto pode ser explicada pela força de narrativas concorrentes à valorização da "meritocracia", que permeiam o debate público e podem enfraquecer a solidariedade de grupo em torno de políticas explicitamente raciais.

Se identidade racial não se mostra um preditor, o que se mostra então? O que pode explicar o apoio às cotas raciais? A resposta, assim como no caso das cotas de gênero, reside nas atitudes e na ideologia.

As variáveis IDEOLOGIA (Estimativa = 0.62 no M2) e FEMINISTA (Estimativa = 0.62 no M3) são os preditores positivos mais fortes e consistentes do apoio às cotas raciais. Isso demonstra que o apoio a políticas de justiça racial está profundamente ancorado em um sistema de valores progressista e em uma consciência crítica feminista, que reconhece e busca reparar desigualdades estruturais de forma ampla.

Um dos achados mais notáveis é o impacto negativo e significativo da variável SEXISMO no apoio às cotas *raciais* (Estimativa = -0.40, p < 0.05). Indivíduos que endossam a superioridade masculina na política, que já conhecemos por ser o sexismo hostil também são mais propensos a se opor a políticas para a inclusão de pessoas negras. Este resultado sugere a existência de uma "atitude hierárquica" subjacente: a adesão a uma forma de

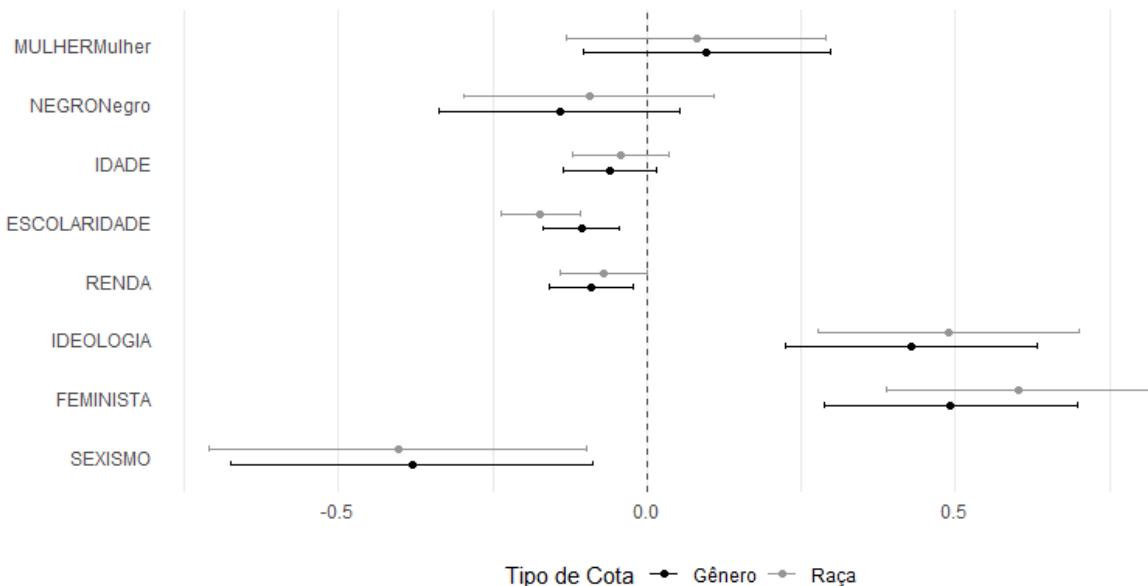
hierarquia gênero se relaciona com a rejeição a políticas que desafiam outra forma de hierarquia raça também.

Finalmente, o efeito negativo do status socioeconômico, já observado para as cotas de gênero, é ainda mais pronunciado aqui. O coeficiente para ESCOLARIDADE (Estimativa = -0.17 no M4) é consideravelmente maior em magnitude do que no modelo para cotas de gênero (Estimativa = -0.11), e a variável RENDA também se torna significativa no modelo final. Isso corrobora a tese de que políticas de cotas raciais são percebidas por grupos de maior status como uma "ameaça" ainda mais direta ao *status quo* do que as cotas de gênero, mobilizando uma oposição mais intensa.

Assim podemos compreender que a análise dos determinantes do apoio às cotas raciais rejeita a hipótese de que o pertencimento racial seja o principal motor de apoio. Em vez disso, os resultados nos sugerem um quadro onde o apoio é uma função de convicções ideológicas, enquanto a oposição é alimentada tanto por uma defesa de privilégios socioeconômicos quanto por atitudes hierárquicas que conectam preconceitos de gênero e de raça.

O gráfico a seguir sintetiza os achados centrais desta seção, ilustrando de forma clara a dinâmica dos determinantes do apoio às cotas.

Gráfico 3 - Modelo Final Regressão Linear Apoio às Cotas Eleitorais



Fonte: Elaboração do autor. N = 948 entrevistados.

A análise conjunta dos determinantes de apoio às cotas de gênero e raciais revela uma narrativa coesa e contundente: as clivagens de opinião sobre políticas afirmativas no Brasil são estruturadas mais por valores ideológicos e pela posição na hierarquia social do que pelo

pertencimento identitário. Os resultados demonstram que o apoio a ambas as políticas é robustamente ancorado em uma visão de mundo progressista e em uma consciência crítica feminista. Em contrapartida, a oposição emana de duas fontes principais: de indivíduos com maior capital socioeconômico, o que sugere uma defesa de privilégios contra uma percebida ameaça ao status quo, e de atitudes de sexismo hostil, que se mostram como uma barreira não apenas para a igualdade de gênero, mas também para a racial. Em última análise, os dados rejeitam uma explicação simplista baseada no interesse de grupo direto, indicando que a disputa em torno das cotas é travada no campo das visões de mundo, dos valores fundamentais e das hierarquias sociais.

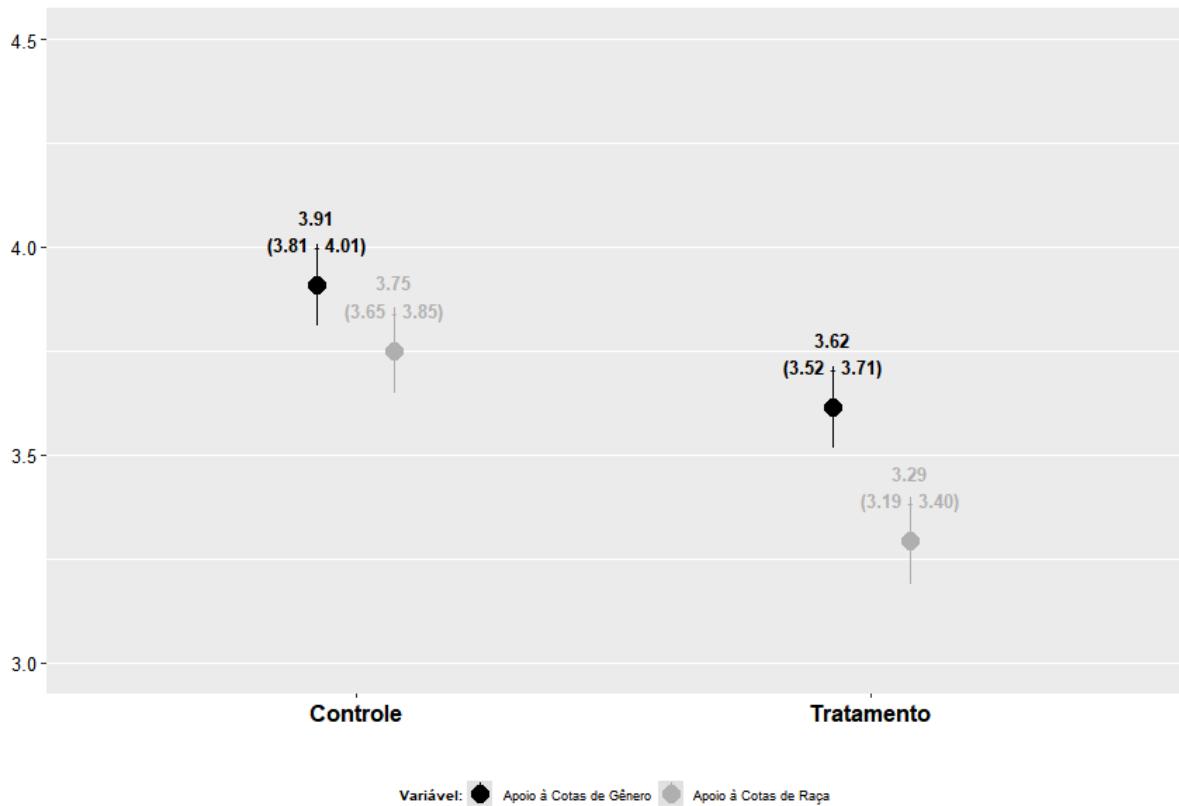
5.4 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA: CONDIÇÃO EXPERIMENTAL - FRAMING

Avançando na análise dos determinantes das atitudes, esta seção investiga como as características da própria política, especificamente a forma como ela é comunicada, moldam a opinião pública. Para isso, foi conduzido um experimento de enquadramento (*framing*) que testa como a percepção de custo afeta o apoio a políticas afirmativas.

Nossa literatura sugeriu que medidas redistributivas frequentemente encontram resistência quando grupos historicamente dominantes as interpretam como uma ameaça ao seu status, poder ou recurso, um fenômeno conhecido como percepção de "jogo de soma zero". Conforme demonstram pesquisas recentes, quando políticas de cotas são enquadradas como um "custo" que implica a exclusão do grupo majoritário (homens e/ou pessoas brancas), o apoio a essas medidas tende a diminuir drasticamente (Samuels et al., 2024; Asha, 2022). Sob essa ótica, ações corretivas como as cotas são ressignificadas, passando de mecanismos de equidade para privilégios indevidos.

Os resultados empíricos da análise deste experimento, oferecem uma forte sustentação à hipótese de enquadramento de custo. A Hipótese H2a, a exposição ao *framing* de exclusão reduziu o apoio a ambos os tipos de cotas de maneira estatisticamente significativa. Para as cotas de gênero, a média de apoio caiu de 3.91 (IC95%: 3.81–4.01) no grupo de controle para 3.62 (IC95%: 3.52–3.71) no grupo de tratamento. Essa queda, embora moderada, indica que mesmo políticas relativamente consolidadas podem sofrer perda de apoio quando são enquadradas como excludentes. Isso pode nos levar a pensar que a efetividade das cotas não depende inteiramente do seu arcabouço institucional, mas de como essas políticas estão sendo percebidas pela sociedade. Embora o Brasil tenha desenvolvido um arcabouço jurídico relativamente robusto para promoção da diversidade política, podemos estar diante de uma resistência cultural e política que continua a minar efeitos dos mecanismos legais já desenvolvidos, conforme a Tabela 1.

Gráfico 4 - Diferenças no Apoio às Cotas de Gênero e Raça nos grupos de Controle e Tratamento



Teste t para gênero: $p = 3.52e-05$ | Teste t para raça: $p = 1.31e-09$ | Diferença de efeitos: $p = 1.14e-05$

Fonte: Elaboração do autor. N = 2020 entrevistados, distribuídos nos grupos de Controle = 985 e Tratamento = 1035

No caso das cotas raciais, o efeito foi ainda mais forte: a média caiu de 3.75 (controle) para 3.29 (tratamento), uma diferença de -0.46 pontos ($p < 0.001$). Esses achados demonstram que a ativação da lógica de custo distributivo reconfigura o apoio às políticas, deslocando o foco da reparação de desigualdades para a percepção de ameaça ao status quo. A diferença absoluta entre os efeitos foi de -0.16 pontos (0.46 - 0.29). Mais diretamente, no grupo de tratamento, o apoio às cotas raciais foi - 0.32 ao apoio às cotas de gênero (3.29 vs. 3.62; $p < 0.001$).

Tabela 6 - Tabela Resultados do Experimento de Framing

Teste	Diferença	Estatística.t	Valor.p	IC.Inferior	IC.Superior
Cotas Gênero (H2a)	294	4.146	0	155	433
Cotas Raça (H2a)	457	6.095	0	310	605

Diferença (H2b)	Gênero-Raça	-322	-4.400	0	-465	-178
--------------------	-------------	------	--------	---	------	------

Essa assimetria nos resultados oferece um suporte empírico robusto para a distinção teórica de Htun (2004) entre gênero como uma identidade transversal e raça como uma identidade coincidente. Os dados sugerem que, como a raça está mais alinhada a clivagens sociais e a uma percepção de jogo de soma zero, o *framing* de exclusão ativa com muito mais força a sensação de ameaça e competição por recursos. Em contrapartida, o caráter transversal das cotas de gênero parece mitigar parcialmente esse efeito, pois a política pode ser mais facilmente associada a valores universalistas.

A implicação teórica destes achados é clara: o enquadramento de exclusão tem o poder de converter o apoio abstrato a princípios igualitários em oposição concreta quando a política é interpretada como “perda” por parte de grupos historicamente favorecidos. Ao destacar perdas em vez de ganhos coletivos, essa comunicação reconfigura a percepção pública, enfraquecendo a lógica reparatória da política e fortalecendo uma retórica de competição por recursos.

Em resumo, a menção explícita à exclusão molda significativamente o apoio às cotas, com efeitos assimétricos e racializados. A vulnerabilidade acentuada das cotas raciais a enquadramentos que evocam ameaças distributivas revela um dos maiores desafios para a sua consolidação e aceitação social no Brasil.

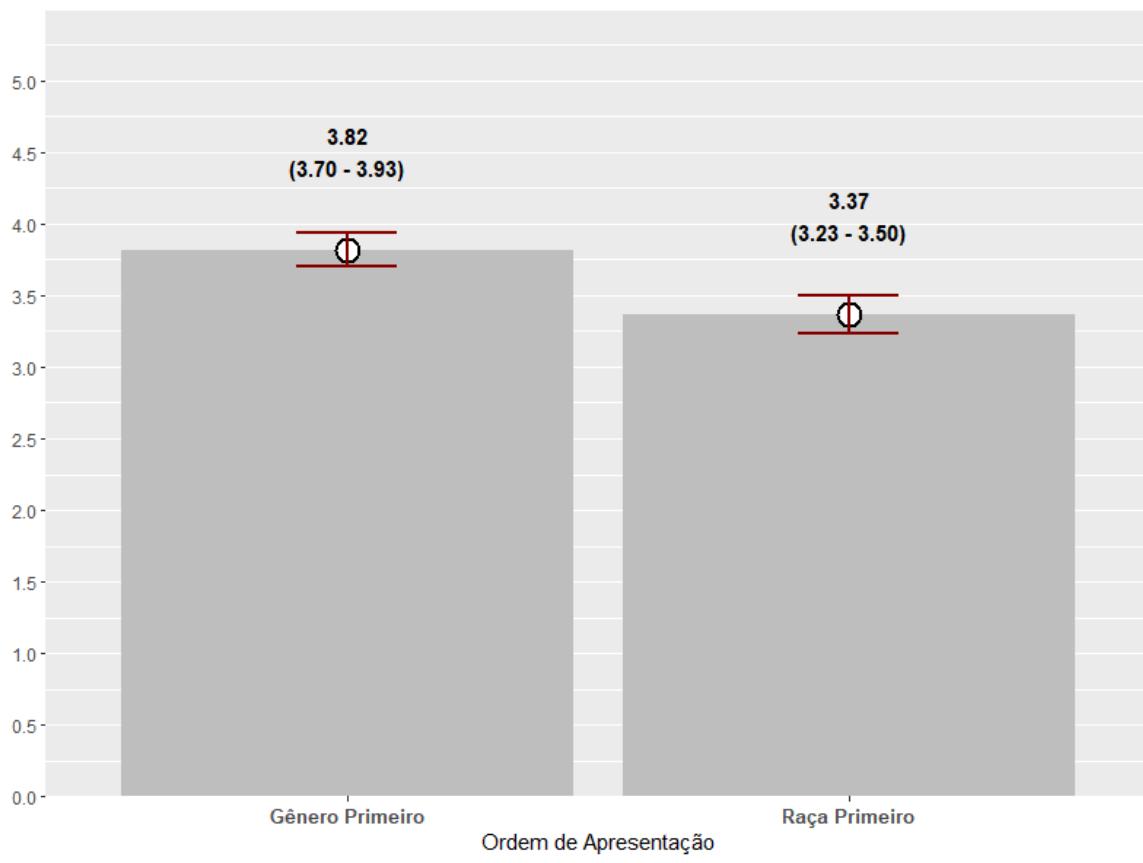
5.5 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA: CONDIÇÃO EXPERIMENTAL - PRIMING

O último objetivo deste estudo era testar o mecanismo de ancoragem (*anchoring*) na formação de atitudes sobre políticas afirmativas. A hipótese H5, fundamentada na teoria de Tversky e Kahneman (1974) e nos modelos de formação de opinião de Zaller (1992), postulava que a exposição prévia às cotas de gênero uma política de maior aceitação social atuaria como uma âncora positiva, aumentando o apoio subsequente às cotas raciais.

A análise empírica oferece forte sustentação a essa hipótese. Os resultados revelam uma diferença expressiva e estatisticamente significativa no apoio às cotas raciais, condicionada pela ordem de apresentação. O grupo que foi "preparado" ao responder primeiro sobre cotas de gênero ("Gênero Primeiro", n=741) registrou um apoio médio às cotas raciais de 3.82 (IC 95%: 3.70 – 3.93). Em forte contraste, o grupo que respondeu às perguntas na

ordem inversa ("Raça Primeiro", n=629) demonstrou um apoio médio bem menor, de 3.37 (IC 95%: 3.23 – 3.50).

Gráfico 5 - Diferenças no Apoio à Cotas Raciais na Exposição do Gênero Primeiro (*Priming*)



Fonte: Elaboração do autor. N = 1370 entrevistados, distribuídos nos grupos de Gênero Primeiro = 741 e Raça Primeiro = 629

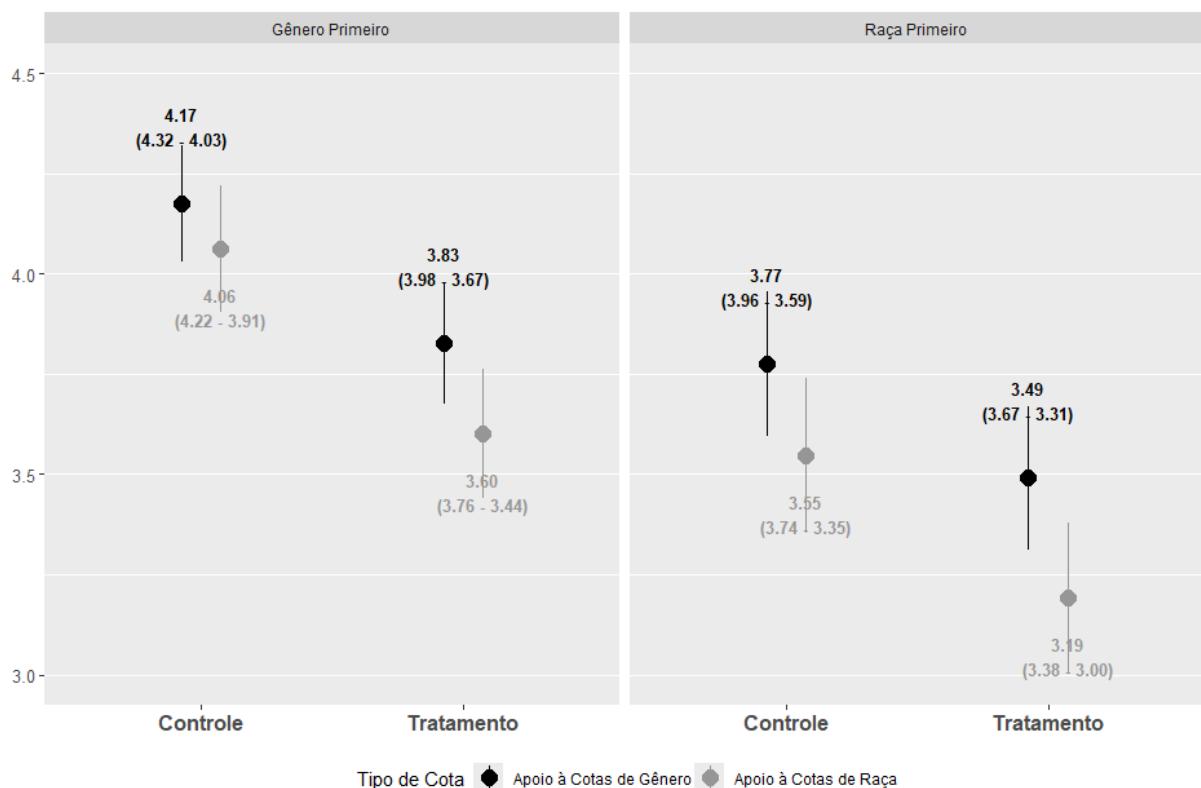
Os dados nos permitem rejeitar a hipótese nula e confirmar a H5: a exposição prévia ao debate sobre cotas de gênero de fato eleva significativamente a aprovação das cotas raciais. Este achado corrobora a teoria da ancoragem no contexto das atitudes políticas. Ao iniciar a discussão com uma política mais consensual, ativa-se um quadro de referência mental associado à justiça e à reparação, que parece ser transferido para a avaliação de políticas subsequentes e mais controversas. Isso sugere que a resistência às cotas raciais não é inteiramente fixa, podendo ser modulada pela forma como o debate sobre ações afirmativas é enquadrado e sequenciado. Isso significa dizer que no debate sobre qual estratégia seguir para fortalecer as Cotas Raciais, o fortalecimento das Cotas de Gênero mais estabelecida e

percebida como universal, pode ser essencial para elevar o apoio a políticas que são mais contestadas.

5.6 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA COM EXPERIMENTO FATORIAL (FACTORIAL EXPERIMENT)

Por fim e para fortalecer os achados apresentados até aqui, podemos extrair novos achados significativos sobre a interação entre os mecanismos de ancoragem (*priming*) e enquadramento (*framing*). A análise não apenas confirma os efeitos isolados que observamos, mas revela como eles se potencializam e se modificam mutuamente.

Gráfico 6 - Diferenças no Apoio à Cotas com Efeitos do Framing e do Priming



Fonte: Elaboração do autor. N = 1370 entrevistados, distribuídos nos grupos de Gênero Primeiro = 741 e Raça Primeiro = 629

De forma consistente, os efeitos principais se confirmam: o enquadramento de custo sempre reduz o apoio a ambas as políticas, validando a força da aversão à perda no discurso político. Em todas as condições, a menção explícita de um custo para o grupo majoritário "excluir alguns homens" ou "excluir alguns candidatos brancos" diminui o apoio tanto às

cotas de gênero quanto às raciais. Além disso, o efeito de ancoragem se mostra robusto, pois iniciar o debate com a pauta de gênero, percebida como mais universal, eleva o apoio de base tanto para as cotas de gênero quanto para as raciais, ao tornar considerações de justiça mais acessíveis. Assim, a ordem em que as políticas são apresentadas altera significativamente os níveis de apoio, passamos a observar que observar que o apoio às cotas de gênero também é maior quando elas são apresentadas primeiro média de 4.17 no grupo de controle em comparação a quando são precedidas pelo debate racial média de 3.77 no grupo controle.

Este achado reforça a tese de Mansbridge (2003) sobre a percepção das cotas de gênero como mais universais. Quando o debate se inicia por uma pauta racial, percebida como mais divisiva, essa percepção de conflito parece contaminar a avaliação da política de gênero subsequente, diminuindo seu apoio. Assim, iniciar pelo enquadramento universalista do gênero protege ambas as políticas, enquanto iniciar pelo enquadramento de conflito racial prejudica ambas.

Contudo, o achado mais revelador reside na interação entre esses dois mecanismos. Embora a ancoragem nas cotas de gênero eleve o apoio inicial às cotas raciais saindo de 3.55 para 4.06 nos grupos de controle, ela também torna esse apoio mais vulnerável a argumentos de custo. A queda no apoio às cotas raciais devido ao *framing* de custo é maior no grupo que pensou em gênero primeiro: a média cai -0.46 pontos (de 4.06 para 3.60). No grupo que pensou em raça primeiro, a queda é menor: -0.36 pontos (de 3.55 para 3.19).

Podemos entender essa dinâmica a partir de dois fenômenos. O primeiro é um tipo de conflito mental ao pensar sobre cotas de gênero, a pessoa ativa um 'modo de pensar' focado em justiça. Quando a cota racial é apresentada com um custo explícito, essa ideia entra em choque com a mentalidade recém-ativada, fazendo o custo parecer maior e levando a uma rejeição mais forte. O segundo é o licenciamento moral como se, ao apoiar a causa das mulheres, o indivíduo pensasse: Pronto, já fiz minha parte pela igualdade de grupos marginalizados. Sentindo-se com a consciência tranquila, ele se torna menos obrigado a aceitar uma nova política de inclusão, ainda mais quando ela envolve uma perda.

6. CONCLUSÕES

6.1 PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Esta dissertação partiu da problemática da persistente sub-representação de mulheres e pessoas negras na política brasileira, investigando os determinantes das atitudes do eleitorado em relação às cotas eleitorais de gênero e raça. O estudo buscou compreender não apenas os níveis de apoio a essas políticas afirmativas, mas principalmente os fatores que moldam essas percepções, questionando por que o suporte popular parece variar significativamente entre os dois tipos de cotas. A análise foi fundamentada em um diálogo entre a Teoria da Representação, com destaque para a política de presença de Phillips (1998), e os modelos de formação de opinião pública, notadamente a teoria das considerações de Zaller (1992) e a Teoria da Democracia Responsiva de Page e Shapiro (1983), que conectam as preferências dos cidadãos às ações governamentais.

A análise empírica revelou um complexo ecossistema de influências que moldam as preferências, gerando três achados centrais. Primeiramente, confirmou-se a hipótese de que as cotas de gênero possuem um apoio significativamente maior, com média de 3,91, do que as cotas raciais, com média de 3,76, sendo a oposição a estas últimas mais intensa e categórica. Este achado corrobora a tese de que o apoio às cotas de gênero podem ser parcialmente sustentadas na literatura por estereótipos de sexismo benevolente, enquanto as cotas raciais ativam de forma mais aguda percepções de ameaça e conflito. Em segundo lugar, a investigação dos determinantes individuais demonstrou que a ideologia de esquerda, a autoidentificação feminista e a rejeição às cotas movidas pelo sexismo, são preditores muito mais robustos do apoio a ambas as cotas do que o pertencimento identitário direto ao grupo beneficiado.

De forma contraintuitiva, a identidade racial não se mostrou um preditor estatisticamente significativo do apoio às cotas raciais, e o efeito de ser mulher no apoio às cotas de gênero mesmo sendo significativo foi neutralizado pelo controle ideológico, complexificando as teorias de interesse de grupo. Este ponto complexifica as teorias de interesse de grupo, sugerindo que, no contexto brasileiro, narrativas concorrentes de meritocracia e a percepção de ameaça econômica, como apontado por Kim e Kweon (2022) em outros contextos, podem sobrepor-se à solidariedade identitária.

Por fim, o experimento de *framing* validou que enquadrar as cotas como um custo para o grupo majoritário reduz drasticamente o apoio, com um impacto maior sobre as cotas

raciais, confirmando a distinção teórica de Htun (2004) sobre a natureza percebida das identidades de gênero, que é transversal, e raça, que é coincidente.

O achado que emergiu do experimento de *priming* é a ordem da discussão importa! A exposição prévia ao debate sobre cotas de gênero, uma política de maior aceitação, funcionou como uma âncora positiva, elevando significativamente o apoio subsequente às cotas raciais. Este resultado sugere que a resistência a políticas de equidade racial não é monolítica, mas maleável, e pode ser modulada por estratégias que ativam quadros mentais de justiça de forma sequencial. Este achado não apenas preenche uma lacuna na literatura nacional, que até então se concentrava majoritariamente em cotas universitárias e carecia de dados experimentais sobre cotas eleitorais, mas também dialoga diretamente com estudos internacionais como os de Samuels e outros sobre percepção de ameaça e Batista e Porto (2020) sobre atitudes de gênero no Brasil. Ao demonstrar que a ideologia supera a identidade como motor de apoio, também refinou modelos teóricos e oferece uma visão mais nuancada da opinião pública brasileira.

As contribuições desse trabalho desdobram-se nos planos teórico e prático. Teoricamente, avanço ao propor um modelo de influências onde as atitudes sobre cotas eleitorais são menos um reflexo de identidades isoladas e mais o resultado da interação dinâmica entre valores ideológicos, preconceitos latentes e o enquadramento contextual da política. Emerge dos dados a proposição de uma Atitude Hierárquica Generalizada, onde a adesão a uma forma de preconceito como o sexismo hostil se revela um preditor significativo da oposição a políticas de reparação em outro eixo, como o racial, sugerindo uma raiz comum na defesa de estruturas de poder vigentes.

No campo prático, as implicações são mensuráveis e diretas: 1) para ampliar a legitimidade social das cotas raciais, uma estratégia de comunicação eficaz deve iniciar o debate pela pauta da igualdade de gênero, utilizando-a como âncora para enquadrar a discussão subsequente em termos de justiça universal; 2) é importantíssimo que seja evitada a retórica do jogo de soma zero, pois a menção à exclusão do grupo majoritário é um gatilho poderoso para a redução do apoio público às cotas, especialmente no que tange à raça.

6.2 AGENDA FUTURA

Ao concluir esta dissertação, reconheço que, embora tenha conseguido explorar algumas das dimensões centrais que moldam o apoio às cotas eleitorais no Brasil, muitos caminhos ainda permanecem abertos. Em vez de encarar essas lacunas como limitações, vejo nelas convites para aprofundamentos futuros. Por isso, gostaria de compartilhar algumas

sugestões que acredito poderem contribuir para fortalecer e expandir este campo de investigação.

Em primeiro lugar, seria muito valioso acompanhar como as atitudes dos indivíduos evoluem após as mudanças recentes no marco legal das cotas, especialmente com a promulgação da Emenda Constitucional nº 133/2024. Como os dados que utilizei são de 2020, ainda não refletem esse novo contexto político e institucional. Assim, recomendo a realização de novos levantamentos, especialmente com vistas às eleições de 2026, para entender se essas reformas alteraram o apoio público – e de que forma.

Outro ponto que ficou evidente ao longo da pesquisa foi a importância de mensurar diretamente o sexismº benevolente. Embora a teoria do preconceito ambivalente tenha ajudado bastante a interpretar os resultados, não pude testá-la com a precisão que gostaria, por falta de uma variável específica. Pesquisas futuras poderiam incluir escalas validadas para esse fim e, assim, lançar luz sobre a sutileza com que algumas formas de preconceito se manifestam em atitudes aparentemente progressistas.

Também acredito que seria enriquecedor olhar para os estereótipos políticos a partir de uma lente interseccional. Como são percebidos os homens negros, as mulheres negras e as mulheres brancas como candidaturas viáveis? Quais atributos são socialmente esperados de cada grupo? Um estudo comparativo sobre esses estereótipos ajudaria muito a compreender os limites simbólicos e afetivos que sustentam o apoio às cotas.

Além disso, recomendo que se olhe para as atitudes do eleitorado de forma mais qualitativa. O que os eleitores esperam de uma deputada negra ou de um vereador branco? Que tipo de representação eles imaginam que cada grupo deve exercer? Pesquisas com entrevistas em profundidade e grupos focais poderiam revelar os mandatos simbólicos que são atribuídos a diferentes perfis de candidatos, algo que os números, por si só, não conseguem capturar.

Gostaria também de sugerir estudos de longo prazo sobre os efeitos do apoio baseado no sexismº benevolente. Será que esse tipo de apoio, que enxerga as mulheres como mais sensíveis ou honestas, realmente favorece sua atuação política? Ou será que, ao contrário, reforça estereótipos que limitam sua presença a certos temas ou comportamentos? Investigações longitudinais podem nos ajudar a compreender melhor as implicações desse apoio condicional.

Por fim, considero promissor seguir explorando os efeitos de enquadramentos discursivos *framing* e ativações cognitivas *priming* nas atitudes sobre cotas. Experimentar diferentes formas de apresentar as cotas como justiça histórica, mérito, empatia, ameaça ou

custo pode revelar caminhos eficazes para comunicação política e mobilização social. E, olhando mais à frente, seria interessante que esse debate se ampliasse para além do gênero e da raça, incluindo também as cotas para indígenas, pessoas LGBTQI+, e outros grupos que seguem excluídos dos espaços de poder. Com essas pistas, espero contribuir para que futuras pesquisas possam continuar iluminando os caminhos e obstáculos que ainda cercam a construção de uma democracia verdadeiramente representativa no Brasil.

7. REFERÊNCIAS

- AGUILAR, R.; CUNOW, S.; DESPOSATO, S. Choice sets, gender, and candidate choice in Brazil. *Electoral Studies*, v. 39, p. 230-242, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2015.03.011>
- ALONSO, Sonia; RUIZ-RUFINO, Rubén. Political representation and ethnic conflict in new democracies. *European Journal of Political Research*, v. 46, n. 2, p. 237-267, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2007.00693.x>
- ASHA, S. A. The Exclusionary Dynamics of the Quota System in Bangladesh: A Foucauldian Analysis. In: *Social Justice Perspectives (SJP)*. The Hague, The Netherlands, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2105/65381>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- BARNES, T. D.; BEAULIEU, E. Women politicians, institutions, and perceptions of corruption. *Comparative Political Studies*, v. 52, n. 1, p. 134–167, 2019. https://tiffanydbarnes.weebly.com/uploads/3/7/2/1/37214665/barnes_beaulieu_2019.pdf
- BARNES, T. D.; CORDOVA, A. Making space for women: Explaining citizen support for legislative gender quotas in Latin America. *The Journal of Politics*, v. 78, n. 3, p. 670–686, 2016. https://uknowledge.uky.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1008&context=polsci_facpub
- BATISTA PEREIRA, F.; PORTO, N. F. Gender attitudes and public opinion towards electoral gender quotas in Brazil. *Political Psychology*, v. 41, n. 5, p. 887–899, 2020. <https://www.vanderbilt.edu/lapop/news/021020-Brazil-wiley.pdf>
- BEAUREGARD, K. Partisanship and the gender gap: Support for gender quotas in Australia. *Australian Journal of Political Science*, v. 53, n. 3, p. 290–319, 2018. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10361146.2018.1449802>
- BIRD, Karen. Ethnic quotas and ethnic representation worldwide. *International Political Science Review*, v. 35, n. 1, p. 12-26, 2014. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0192512113507798>
- BUENO, Natália S.; DUNNING, Thad. Race, resources, and representation: evidence from Brazilian politicians. *World Politics*, v. 69, n. 2, p. 327-365, 2017. http://www.thaddunning.com/wp-content/uploads/2017/03/Bueno-and-Dunning_World-Politics_published-online-first.pdf
- CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 121-151, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151606>
- CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. The Colour of the Elected: Determinants of the Political Under-Representation of Blacks and Browns in Brazil. *World Political Science*, v. 14, n. 1, p. 1-26, 2018.¹¹ <https://doi.org/10.1515/wps-2018-0001>

CHAPPELL, Louise; BRENNAN, Deborah. Introduction: Gendering the Intergovernmental Relations Agenda. *Australian Journal of Public Administration*, v. 73, n. 3, p. 357-360, 2014. <http://dx.doi.org/10.1111/1467-8500.12089>

CLAYTON, Amanda. Women's political engagement under quota-mandated female representation: Evidence from a randomized policy experiment. *Comparative Political Studies*, v. 48, n. 3, p. 333-369, 2015. <https://doi.org/10.1177/0010414014548104>

CLAYTON, Amanda; O'BRIEN, Diana Z.; PISCOPO, Jennifer M. All male panels? Representation and democratic legitimacy. *American Journal of Political Science*, v. 63, n. 1, p. 113-129, 2019. <https://www.jstor.org/stable/45132466>

CLAYTON, Amanda; ROBINSON, A. L.; JOHNSON, M. C.; MURIAAS, R. (How) do voters discriminate against women candidates? Experimental and qualitative evidence from Malawi. *Comparative Political Studies*, v. 53, n. 3-4, p. 601-630, 2020. <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010414019858960>

CLAYTON, Amanda. How do electoral gender quotas affect policy?. *Annual Review of Political Science*, v. 24, n. 1, p. 235-252, 2021. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-041719-102019>

DALTON, Russell J. et al. The dynamics of political representation. In: DALTON, R. J. *How Democracy Works: Political Representation and Policy Congruence in Modern Societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 21-38. <https://ssrn.com/abstract=1901512>

DESPOSATO, Scott; NORRANDER, Barbara. The Gender Gap in Latin America: Contextual and Individual Influenceson Gender and Political Participation. *British Journal of Political Science*, v. 39, n. 1, p. 141-162, 2009. <https://pages.ucsd.edu/~sdesposito/GenderGapLABJPS.pdf>

FEDERICO, Christopher M.; SIDANIUS, Jim. Racism, ideology, and affirmative action revisited: the antecedents and consequences of "principled objections" to affirmative action. *Journal of personality and social psychology*, v. 82, n. 4, p. 488, 2002. <https://scholar.harvard.edu/files/sidanius/files/vita.pdf>

FERREIRA, Maria Inês Caetano. Sub-representação política de mulheres: reflexões a respeito das eleições à vereança no Recôncavo da Bahia. *Revista de Informação Legislativa*, v. 58, n. 229, p. 79-101, 2021. https://www.researchgate.net/profile/Maria-Caetano-Ferreira/publication/362215515_Sub-representacao_politica_de_mulheres_Reflexoes_a_respeito_das_eleicoes_a_vereanca_no_Reconcavo_da_Bahia/links/62dc12a182bb4729929be92d/Sub-representacao-politica-de-mulheres-Reflexoes-a-respeito-das-eleicoes-a-vereanca-no-Reconcavo-da-Bahia.pdf

FOA, Roberto et al. Youth and satisfaction with democracy: Reversing the democratic disconnect?. 2020. https://www.cam.ac.uk/system/files/youth_and_satisfaction_with_democracy.pdf

- GATTO, Malu AC; RUSSO, G. A. THOMÉ, Débora. + Representatividade: relatório. 2021. https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10139751/1/UpdateRepresentatividade_Relatorio-1.pdf
- GATTO, Malu A. C. et al. As preferências do eleitorado sobre a escolha do voto. 2024. <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10191006/>
- GATTO, Malu A. C. *Resistance to Gender Quotas in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2025. <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/99941/9780198935315.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- GLICK, Peter; FISKE, Susan T. Hostile and benevolent sexism: Measuring ambivalent sexist attitudes toward women. *Psychology of Women Quarterly*, v. 21, n. 1, p. 119-135, 1997. <https://courses.washington.edu/pbafhall/563/Readings/glick%20fiske.pdf>
- GREEN, Donald; PALMQUIST, Bradley; SCHICKLER, Eric. Partisan Hearts and Minds: Political Parties and the Social Identities of Voters. New Haven: Yale University Press, 2002. <https://www.uvm.edu/~dguber/POLS125/articles/green.pdf>
- HTUN, M. Is gender like ethnicity? The political representation of identity groups. *Perspectives on Politics*, p. 439–458, 2004. <https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/abs/is-gender-like-ethnicity-the-political-representation-of-identity-groups/CBBB1B43A6441578C39472B485BFCD38>
- HUGHES, M. M.; PAXTON, P.; CLAYTON, A. B.; ZETTERBERG, P. Global gender quota adoption, implementation, and reform. *Comparative Politics*, v. 51, n. 2, p. 219–238, 2019. [10.5129/001041519x15647434969795](https://doi.org/10.5129/001041519x15647434969795)
- HYAMS, Keith. Can Empathy Provide a Route to Democratic Inclusivity?. *Political Studies*, v. 73, n. 2, p. 682-700, 2025. <https://wrap.warwick.ac.uk/id/eprint/185845/>
- JANUSZ, Andrew. Candidate race and electoral outcomes: evidence from Brazil. *Politics, Groups, and Identities*, v. 6, n. 4, p. 702-724, 2018. [10.1080/21565503.2017.1279976](https://doi.org/10.1080/21565503.2017.1279976)
- JANUSZ, Andrew. Electoral incentives and elite racial identification: Why Brazilian politicians change their race. *Electoral Studies*, v. 72, p. 102340, 2021. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3144519>
- KAGE, R.; ROSENBLUTH, F. M.; TANAKA, S. What explains low female political representation? Evidence from survey experiments in Japan. *Evidence from Survey Experiments in Japan*, p. 13, 2017. <https://doi.org/10.1017/S1743923X18000223>

KAUR, Komal Preet; PHILIPS, Andrew Q. Sustainable representation through electoral quotas: evidence from India. *Politics, Groups, and Identities*, p. 1-21, 2025. [10.1080/21565503.2025.2455140](https://doi.org/10.1080/21565503.2025.2455140)

KIM, Jeong Hyun; KWEON, Yesola. Why do young men oppose gender quotas? Group threat and backlash to legislative gender quotas. *Legislative Studies Quarterly*, v. 47, n. 4, p. 991-1021, 2022. <https://doi.org/10.1111/lsq.12371>

KINDER, Donald R.; SANDERS, Lynn M. *Divided by color: Racial politics and democratic ideals*. Chicago: University of Chicago Press, 1996. <https://press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/D/bo3620441.html>

KITTLISON, Miki Caul. In support of gender quotas: Setting new standards, bringing visible gains. *Politics & Gender*, v. 1, n. 4, p. 638-645, 2005. <https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/abs/in-support-of-gender-quotas-setting-new-standards-bringing-visible-gains/7111A5001EBFF6C5EA18D03CEA4D80DB>

KNUTSEN, O. Attitudes, values and belief systems. In: *The Routledge Handbook of Elections, Voting Behavior and Public Opinion*. London: Routledge, 2017. p. 343-356. <https://doi.org/10.4324/9781315712390>

KROOK, M. L. Reforming representation: The diffusion of candidate gender quotas worldwide. *Politics & Gender*, v. 2, n. 3, p. 303, 2006. https://mlkrook.org/pdf/reforming_rep_06.pdf

LAX, J. R.; PHILLIPS, J. H. The democratic deficit in the states. *American Journal of Political Science*, v. 56, n. 1, p. 148-166, 2012. <https://www.columbia.edu/~jrl2124/democratic%20deficit.pdf>

LODGE, Milton; TABER, Charles S. The Rationalizing Voter. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139032490>

MANSBRIDGE, Jane. Rethinking representation. *American Political Science Review*, v. 97, n. 4, p. 515-528, 2003. <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/rethinking-representation/608152BA9E3A0D9B0EC01CE4063B9FB3>

MANSBRIDGE, Jane. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent "yes". *The Journal of Politics*, v. 61, n. 3, p. 628-657, 1999. https://projects.iq.harvard.edu/files/wappp/files/should_blacks_represent_blacks_and_women_represent_women_a_contingent_yes1.pdf

MARDEGAN, Ivan Osmo. Theory and evidence of women's political exclusion in Brazil. 2020. <https://hdl.handle.net/10438/28931>

MINTA, Michael D. Gender, race, ethnicity, and political representation in the United States. *Politics & Gender*, v. 8, n. 4, p. 541-547, 2012. [10.1017/S1743923X12000578](https://doi.org/10.1017/S1743923X12000578)

MORGENROTH, T.; RYAN, M. K. Quotas and affirmative action: Understanding groupbased outcomes and attitudes. *Social and Personality Psychology Compass*, v. 12, n. 3, p. e12374, 2018. <https://doi.org/10.1111/spc3.12374>

MURRAY, R. Quotas for Men: Reframing Gender Quotas as a Means of Improving Representation for All. *American Political Science Review*, v. 108, n. 3, p. 520–532, 2014. <https://qmro.qmul.ac.uk/xmlui/bitstream/handle/123456789/7875/Quotas%20for%20Men%20final%20for%20publication.pdf;sequence=9>

PAGE, Benjamin I.; SHAPIRO, Robert Y. Effects of public opinion on policy. *American Political Science Review*, v. 77, n. 1, p. 175-190, 1983. <https://www.uvm.edu/~dguber/POLS234/articles/page.pdf>

PAVÃO, N. *The failures of electoral accountability for corruption: Brazil and beyond*. Notre Dame: University of Notre Dame, 2015. https://curate.nd.edu/articles/thesis/The_Failures_of_Electoral_Accountability_for_Corruption_in_Brazil_and_Beyond/24859011?file=43737990

PHILLIPS, Anne. From a Politics of Ideas to a Politics of Presence. In: *The Politics of Presence*. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 1-26. <https://doi.org/10.1093/0198294158.001.0001>

PHILLIPS, Anne. Representation and inclusion. *Politics & Gender*, v. 8, n. 4, p. 512-518, 2012. <https://doi.org/10.1017/S1743923X12000529>

PISCOPO, J. M. States as gender equality activists: The evolution of quota laws in Latin America. *Latin American Politics and Society*, v. 57, n. 3, p. 27–49, 2015. <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2015.00278.x>

PITKIN, Hanna. Political representation. In: *Representation and Electoral Systems: Canadian Perspectives*. Toronto: Prentice-Hall of Canada, 1967. p. 73-90. <https://doi.org/10.2307/jj.2711645>

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião pública*, v. 18, p. 177-197, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100009>

SAMUELS, David J.; MELLO, Fernando; ZUCCO, Cesar. Polarization and Perceptions of Status Gain and Loss: The Case of Brazil. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2024. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=4727821>.

SCHWARZ, Susanne; COPPOCK, Alexander. What have we learned about gender from candidate choice experiments? A meta-analysis of sixty-seven factorial survey experiments.

The Journal of Politics, v. 84, n. 2, p. 655-668, 2022.
https://alexandercoppock.com/schwarz_coppock_2022.pdf

SEARS, D. O.; FUNK, C. L. Evidence of the long-term persistence of adults' political predispositions. *The Journal of Politics*, v. 61, n. 1, p. 1-28, 1999. 10.2307/2647773

SEARS, David O. Symbolic Politics: A Socio-Psychological Theory. In: IYENGAR, Shanto; MCGUIRE, William J. (org.). *Explorations in Political Psychology*. Durham: Duke University Press, 1993. p. 113-149. <https://doi.org/10.1215/9780822396697>

SIRIN, Cigdem V.; VILLALOBOS, José D. The Effects of Empathic Reactions to the Overturning of Roe v. Wade on Campaign Participation and Voter Turnout: Evidence from the 2022 US Midterm Elections. *Politics & Gender*, v. 20, n. 4, p. 978-1006, 2024. <https://doi.org/10.1017/S1743923X24000412>

STRIJBIS, Oliver; VÖLKER, Siri. Candidate resources rather than ethnic voting: Explaining the underrepresentation of Afro-Brazilians. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, v. 32, n. 1, p. 214-229, 2022. <https://doi.org/10.5167/uzh-210230>

SU, Xuhong; CHEN, Wenbo. Pathways to women's electoral representation: the global effectiveness of legislative gender quotas over time. *The Journal of Legislative Studies*, v. 31, n. 1, p. 108-129, 2025. <https://doi.org/10.1080/13572334.2022.2160859>

TEIGEN, Mari; KARLSEN, Rune. Influencing elite opinion on gender equality through framing: a survey experiment of elite support for corporate board gender quotas. *Politics & Gender*, v. 16, n. 3, p. 792-815, 2020. <https://doi.org/10.1017/S1743923X19000060>

THOLEN, Anne Lina. Ethnic Group Representativeness and the Effect on Political Conflict. *MaRBL*, v. 2, 2015. <https://doi.org/10.26481/marble.2015.v2.94>

THOMÉ, Débora; GATTO, Malu. Reforma política por mais presença das mulheres. [Local de publicação, se houver]: Portal FGV, 2023. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/reforma-politica-mais-presenca-mulheres>. Acesso em 18 ago. 2023.

TURGEON, M.; HABEL, P. Prejudice, Political Ideology, and Interest: Understanding Attitudes Toward Affirmative Action in Brazil. *Political Psychology*, v. 42, n. 6, p. 941–962, 2021. <https://doi.org/10.1111/pops.12777>

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases: Biases in judgments reveal some heuristics of thinking under uncertainty. *Science*, v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, 1974. [10.1126/science.185.4157.1124](https://doi.org/10.1126/science.185.4157.1124)

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática?. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 191-228, 2006. <https://www.scielo.br/j/ln/a/4qsH3GhJPTTnmmMhJg8jkhB/?format=pdf&lang=pt>

URBINATI, Nadia; WARREN, Mark E. The concept of representation in contemporary democratic theory. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, v. 11, n. 1, p. 387-412, 2008. <https://ssrn.com/abstract=1141438>

VERBA, Sidney; BURNS, Nancy; SCHLOZMAN, Kay Lehman. Knowing and caring about politics: Gender and political engagement. *The Journal of Politics*, v. 59, n. 4, p. 1051-1072, 1997. <https://doi.org/10.2307/2998592>

VIDIGAL, R. Affirmative action attitudes of whites: evidence from a list experiment survey in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, v. 12, n. 2, p. e0003-1-e0003-31, 2018. https://brazilianpoliticalsciencereview.org/wp-content/uploads/articles_xml/1981-3821-bpsr-12-2-e0003/1981-3821-bpsr-12-2-e0003.x34166.pdf

WALTON, Gregory M.; SPENCER, Steven J.; ERMAN, Sam. Affirmative meritocracy. *Social Issues and Policy Review*, v. 7, n. 1, p. 1-35, 2013. <https://doi.org/10.1111/j.1751-2409.2012.01041.x>

WANG, Vibeke; YOON, Mi Yung. Recruitment mechanisms for reserved seats for women in parliament and switches to non-quota seats: a comparative study of Tanzania and Uganda. *The Journal of Modern African Studies*, v. 56, n. 2, p. 299-324, 2018. <https://doi.org/10.1017/S0022278X18000174>

WESTFALL, Aubrey; CHANTILES, Carissa. The political cure: Gender quotas and women's health. *Politics & Gender*, v. 12, n. 3, p. 469-490, 2016. <https://doi.org/10.1017/S1743923X16000167>

WLEZIEN, Christopher. Patterns of representation: Dynamics of public preferences and policy. *The Journal of Politics*, v. 66, n. 1, p. 1-24, 2004. <https://www.nuff.ox.ac.uk/Politics/papers/2002/w1/Wlezien-%20Patterns%20of%20Representation.pdf>

WYLIE, K.; DOS SANTOS, P. A law on paper only: Electoral rules, parties, and the persistent underrepresentation of women in Brazilian legislatures. *Politics & Gender*, v. 12, n. 3, p. 415, 2016. <https://doi.org/10.1017/S1743923X16000179>

WYLIE, K.; SANTOS, P. D.; MARCELINO, D. Extreme non-viable candidates and quota maneuvering in Brazilian legislative elections. *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 1-28, 2019. <https://doi.org/10.1590/1807-019120192511>

ZALLER, John. *The nature and origins of mass opinion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ZETTERBERG, P. Do gender quotas foster women's political engagement? lessons from Latin America. *Political Research Quarterly*, v. 62, n. 4, p. 715-730, 2009. <https://doi.org/10.1177/1065912908322411>

11. APÊNDICE

A. TABELAS DE FREQUÊNCIA

Com a finalidade de dimensionar o posicionamento dos entrevistados frente ao nível de apoio às cotas eleitorais, as tabelas a seguir apresentam as frequências e as estatísticas descritivas relativas ao apoio às cotas de gênero e de raça.

Categoría	Frequência	Porcentagem	Nível de Apoio
Apoio a Cotas de Gênero	164	16.8	Discorda totalmente
Apoio a Cotas de Raça	202	20.7	Discorda totalmente
Apoio a Cotas de Gênero	84	8.60	Discorda parcialmente
Apoio a Cotas de Raça	90	9.21	Discorda parcialmente
Apoio a Cotas de Gênero	4	0.409	Não concorda, nem discorda
Apoio a Cotas de Raça	7	0.716	Não concorda, nem discorda
Apoio a Cotas de Gênero	146	14.9	Concorda parcialmente
Apoio a Cotas de Raça	123	12.6	Concorda parcialmente
Apoio a Cotas de Gênero	579	59.3	Concorda totalmente
Apoio a Cotas de Raça	555	56.8	Concorda totalmente

Categoría	N	Media	Variância Ponderada	SD	SE	IC inferior	IC superior
Apoio a Cotas de Gênero	977	3.912999	2.446317	1.564070	0.05003905	3.814922	4.011076
Apoio a Cotas de Raça	977	3.756397	2.747974	1.657701	0.05303457	3.652449	3.860345

B. TESTES DE BALANCEAMENTO

Sabemos pela literatura que a validade interna do experimento depende da garantia de que os grupos de tratamento e controle sejam comparáveis entre si, assegurando que quaisquer diferenças nos resultados possam ser atribuídas aos estímulos e não a características que são pré existentes dos participantes. Para verificar a eficácia da aleatorização dos grupos, conduzi testes de balanceamento abrangendo variáveis sociodemográficas e atitudinais

Para aplicação dos testes de balanceamento utilizei os pacotes tidyverse (para manipulação de dados), tableone (para estatísticas descritivas), cobalt (para calcular diferenças padronizadas) e broom (para organizar os resultados dos testes estatísticos). O processo iniciou-se com o pré-processamento dos dados, onde as variáveis de grupo e as covariáveis de interesse foram transformadas em fatores. As variáveis avaliadas incluíram características demográficas (gênero, raça/cor, escolaridade, idade, renda) e atitudinais (ideologia, sexismo, feminismo), conforme detalhado na tabela descritiva. Em seguida, utilizei a função CreateTableOne do pacote tableone para gerar estatísticas descritivas detalhadas de cada variável, estratificadas por grupo. Essa análise inicial revelou uma distribuição percentual e de médias muito similar entre os grupos, sugerindo um alto grau de comparabilidade antes dos testes formais.

Para confirmar estatisticamente essa equivalência, executei testes de diferença de médias e proporções para cada variável. As variáveis categóricas foram testadas com o teste qui-quadrado de Pearson, enquanto as variáveis contínuas foram avaliadas com o teste t de Welch, usando uma função automática para aplicar os testes de forma eficiente a todas as covariáveis. Os resultados, organizados em uma tabela, mostraram que todos os p-valores foram superiores ao nível de significância de 0.05. Adicionalmente, utilizei a função bal.tab do pacote cobalt para calcular as diferenças padronizadas das médias (SMD), um indicador da magnitude do desbalanceamento. A maioria dos SMD absolutos foi inferior a 0.1, confirmando o excelente balanceamento entre os grupos.

Variavel	Level	1	2	p	test	SMD
N		1035	985			
MULHER (%)	Homem	502 (48.50)	462 (46.90)	500		32
MULHER (%)	Mulher	533 (51.50)	523 (53.10)			

RACA_COR (%)	Amarela	17 (1.64)	19 (1.93)	861		62
RACA_COR (%)	Branca	441 (42.61)	426 (43.25)			
RACA_COR (%)	Indígena	18 (1.74)	16 (1.62)			
RACA_COR (%)	Outra	3 (0.29)	3 (0.30)			
RACA_COR (%)	Parda	436 (42.13)	392 (39.80)			
RACA_COR (%)	Preta	120 (11.59)	129 (13.10)			
ESCOLARIDADE_F (%)	Analfabeto \n Primário ou fundamental \n incompleto	40 (3.86)	50 (5.08)	391		121
ESCOLARIDADE_F (%)	Colegial ou \n ensino médio completo	374 (36.14)	315 (31.98)			
ESCOLARIDADE_F (%)	Colegial ou \n ensino médio incompleto	90 (8.70)	85 (8.63)			
ESCOLARIDADE_F (%)	Ginásio ou \n fundamental II	65 (6.28)	54 (5.48)			
ESCOLARIDADE_F (%)	Pós-graduação	77 (7.44)	74 (7.51)			
ESCOLARIDADE_F (%)	Primário fundamental I completo \n Ginásial ou \n fundamental II incompleto	101 (9.76)	101 (10.25)			
ESCOLARIDADE_F (%)	Superior completo	191 (18.45)	193 (19.59)			
ESCOLARIDADE_F (%)	Superior incompleto	97 (9.37)	113 (11.47)			
IDADE_CAT (%)	16-24	156 (15.07)	156 (15.84)	941		39
IDADE_CAT (%)	25-34	231 (22.32)	212 (21.52)			
IDADE_CAT (%)	35-44	229 (22.13)	224 (22.74)			
IDADE_CAT (%)	45-59	266 (25.70)	242 (24.57)			
IDADE_CAT (%)	60+	153	151			

		(14.78)	(15.33)			
RENDAF (mean (SD))		7.3 (17.4)	6.8 (15.8)	435	t	35
IDEOLOGIA (mean (SD))		0.4 (0.5)	0.4 (0.5)	215	t	55
SEXISMO (mean (SD))		0.1 (0.3)	0.1 (0.3)	146	t	65
FEMINISTA (mean (SD))		0.3 (0.5)	0.3 (0.5)	479	t	31

A análise descritiva revela que os grupos, com N = 1035 e N = 985, respectivamente, possuem composições demográficas e atitudinais muito semelhantes. Por exemplo, a proporção de mulheres no grupo 1 foi de 51.50%, enquanto no grupo 2 foi de 53.10%. A distribuição racial também foi homogênea, com 42.61% de pessoas brancas no grupo 1 e 43.25% no grupo 2, e percentuais muito próximos para as demais categorias de raça. Da mesma forma, as médias de Renda (7.3 e 6.8), Ideologia (0.4 e 0.4), Sexismo (0.1 e 0.1) e Feminista (0.3 e 0.3) foram praticamente idênticas entre os grupos.

Variavel	statisti c	p.value	paramete r	method	estima te1	estim ate2	estim ate3	conf.l ow	conf.h igh	alterna tive
Gênero	455	500	1.000	Pearson's Chi-squared test with Yates' continuity correction						
Raça/Cor	1.915	861	5.000	Pearson's Chi-squared test						
Escolarid ade	7.379	391	7.000	Pearson's Chi-squared test						
Idade	780	941	4.000	Pearson's Chi-squared test						
Renda	783	434	2.013.591	Welch Two Sample t-test	580	7.342	6.762	-872	2.031	two.sided
Ideologia	1.241	215	2.014.529	Welch Two Sample t-test	27	442	414	-16	71	two.sided
Sexismo	-1.452	147	1.984.832	Welch Two Sample t-test	-20	101	122	-48	7	two.sided
Feminista	-707	480	2.010.744	Welch Two Sample t-test	-15	334	349	-56	26	two.sided

Para confirmar essa equivalência, foram realizados testes estatísticos. O teste qui-quadrado de Pearson, utilizado para as variáveis categóricas, mostrou p-valores bem acima do limiar de significância de 0.05 para Gênero ($p = 0.500$), Raça/Cor ($p = 0.861$), Escolaridade ($p = 0.391$) e Idade ($p = 0.941$). Para as variáveis contínuas, os testes t de Welch também resultaram em p-valores não significativos, como Renda ($p = 0.434$), Ideologia ($p = 0.215$) e Feminista ($p = 0.480$). A ausência de diferenças estatisticamente significativas, juntamente com os baixos valores de Diferenças Padronizadas da Média (SMD), que foram de 0.032 para Gênero e 0.035 para Renda, indica um excelente balanceamento.

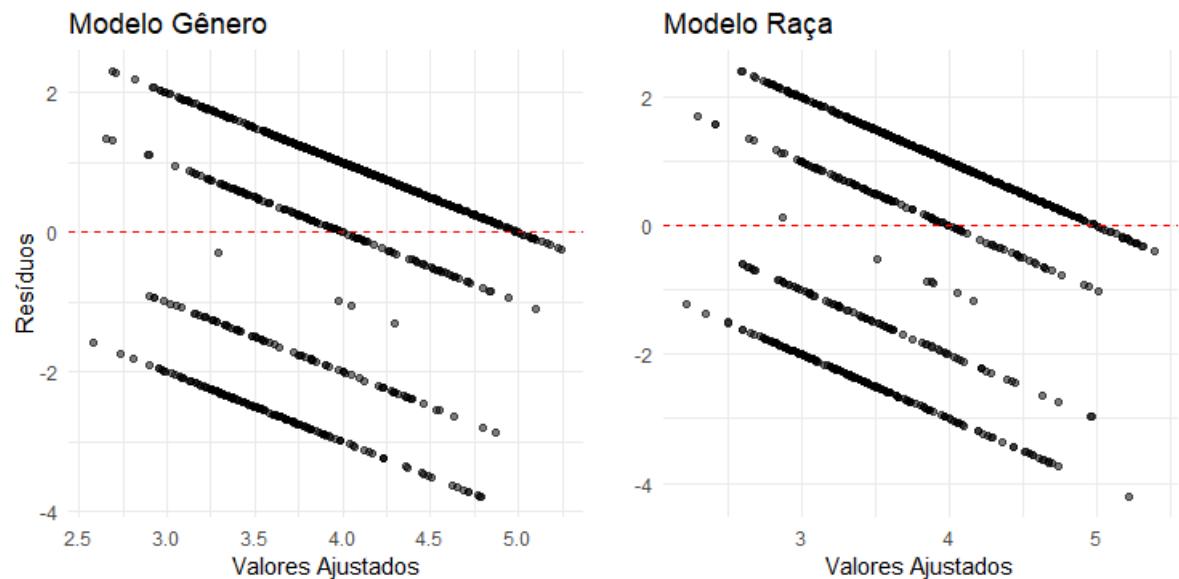
Uma observação notável, no entanto, foi a variável de renda (Renda), que, apesar de não apresentar uma diferença estatisticamente significativa ($p = 0.434$), teve um SMD de 0.580. Embora essa diferença seja moderada em termos de magnitude, a falta de significância estatística me permite concluir que não é uma diferença sistemática entre os grupos, mas sim uma variação aleatória. Em resumo, o processo de aleatorização foi bem sucedido e são comparáveis em suas características demográficas e atitudinais.

11.3 ANÁLISE DOS RESÍDUOS

Nesta seção, apresento a análise diagnóstica dos resíduos para os modelos de regressão linear mais completos utilizados nessa dissertação que são os modelo4_genero e modelo4_raca, com o objetivo de verificar a adequação das suposições do modelo.

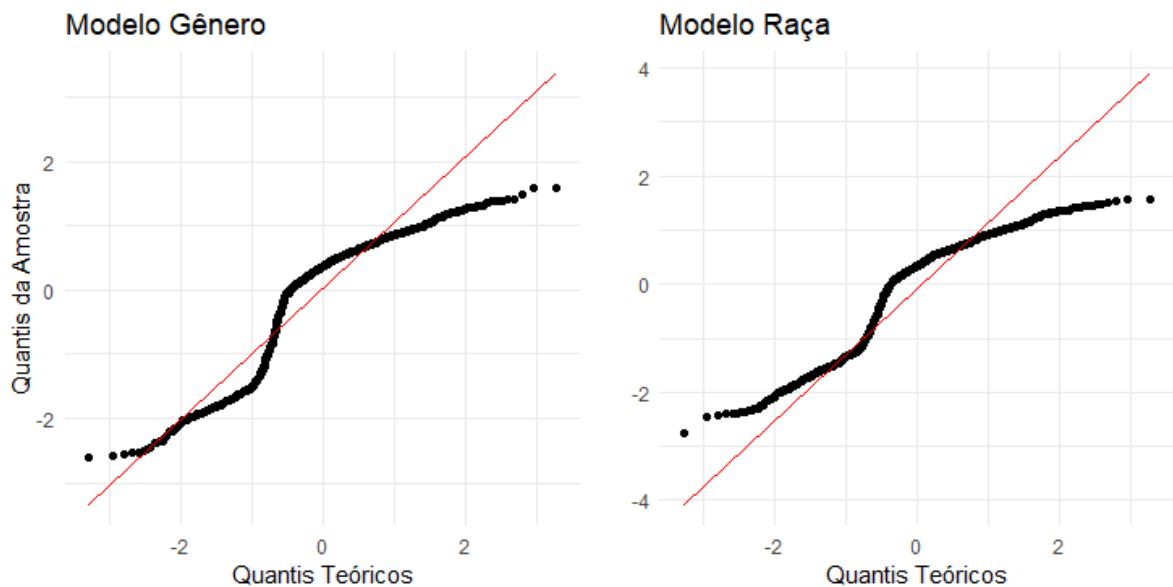
A análise diagnóstica dos resíduos valida a adequação dos modelos de regressão linear utilizados durante a dissertação, existem violações significativas das premissas do modelo. Conforme observado nos gráficos de resíduos versus valores ajustados, tanto para o modelo de gênero quanto para o de raça, os pontos não se dispersam aleatoriamente em torno do zero. Pelo contrário, eles formam um padrão de linhas diagonais distintas, esse é o indicativo de

Análise de Resíduos vs. Valores Ajustados



que a nossa variável de estudo tem natureza ordinal, em vez de contínua, então violeia a suposição de linearidade que se espera em um modelo linear.

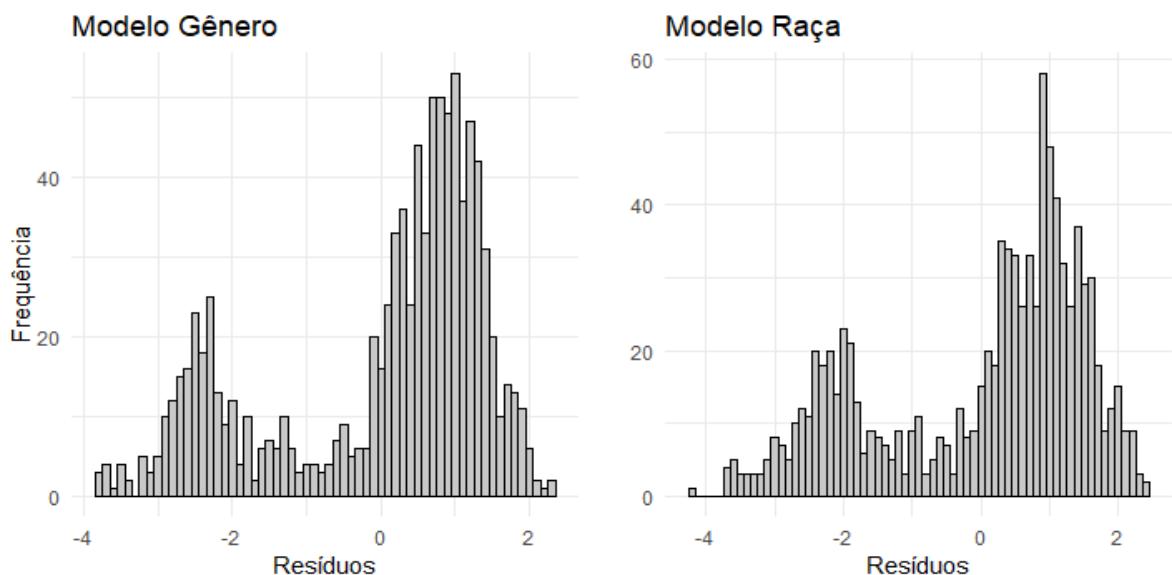
Gráfico Q-Q dos Resíduos Padronizados



A violação da normalidade dos resíduos também é evidente nos gráficos Q-Q (Quantil-Quantil) mostram que os resíduos padronizados se desviam sistematicamente da linha de normalidade teórica o que me faz rejeitar a hipótese de normalidade.

Esta conclusão é corroborada pelos histogramas, que apresentam uma distribuição multimodal em vez do formato de sino unimodal esperado.

Histograma dos Resíduos



A presença de múltiplos picos na distribuição dos resíduos é uma consequência direta da natureza discreta da variável resposta.

Finalizo indicando que algumas vertentes das Ciências Sociais, modelos de Regressão Linear Múltipla (MRLM) são empregados para variáveis dependentes de natureza ordinal²⁴, que é o caso da minha dissertação, buscando simplificar a interpretação da direção e magnitude das associações. Portanto, embora os resultados sejam apresentados, eles devem ser considerados com cautela, enfatizando mais a tendência das relações, e reconhecendo que a metodologia mais apropriada seriam outros modelos, especialmente os de Regressão Logística Ordinal.

11. ANEXOS

ANEXO 1 - Questionário

Demográficas

Gênero

- 1 Masculino
- 2 Feminino

Idade

- 1 16 a 24 anos
- 2 25 a 34 anos
- 3 35 a 44 anos
- 4 45 a 59 anos
- 5 60 anos

Renda Familiar

- 9. até R\$ 1.212,00
- 1. de R\$ 1.213,00 até R\$ 2.424,00
- 2. de R\$ 2.425,00 até R\$ 3.636,00
- 3. de R\$ 3.637,00 até R\$ 6.060,00
- 4. de R\$ 6.061,00 até R\$ 12.120,00
- 5. de R\$ 12.121,00 até R\$ 24.240,00
- 6. de R\$ 24.241,00 até R\$ 60.600,00
- 7. R\$ 60.601,00 ou mais
- 99. Não sabe (ESPONTÂNEA)
- 97. Recusa (ESPONTÂNEA)

Escolaridade

- 1. Analfabeto/ Primário ou fundamental I incompleto

²⁴ GELMAN, Andrew; HILL, Jennifer. *Data analysis using regression and multilevel/hierarchical models*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
https://moodle2.units.it/pluginfile.php/756424/mod_resource/content/1/gelman%20hill%202007.pdf Acesso em: 18 ago.2025

3. Ginásial ou fundamental II completo
5. Colegial ou ensino médio completo
7. Superior completo
2. Primário ou fundamental I completo/ Ginásial ou fundamental II incompleto
4. Colegial ou ensino médio incompleto
6. Superior incompleto
8. Pós-graduação

Cor da pele/raça

- 1.Branca
- 2.Preta
- 3.Parda
- 4.Amarela
- 5.Indígena
- 6.Outra

Religião (pergunta padrão do DataFolha)

P1. Gostaria de saber o que você pensa sobre alguns partidos políticos. Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto você gosta do partido que vou mencionar, sendo que 0 significa que você não gosta do partido de jeito nenhum e 10 que você gosta muito. Se não conhecer é só dizer que não conhece.

APLICA R RODÍZI O 0	NÃO GOSTA DE JEITO NENHUM									GOSTA MUITO 10	NÃO SABE / NÃO CONHECE 99
PSDB	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PT	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PSL	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
MDB	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

P7. Você se considera uma pessoa feminista? [NÃO LER OPÇÕES]

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Depende / Outro
- (99) Não sabe

P9. Alguns dizem que, em geral, os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres. Você concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco, ou discorda muito dessa afirmação?

- Concorda muito
 Concorda um pouco
 Não concorda, nem discorda
 Discorda um pouco

Discorda muito
(99) Não sabe

ESTIMANDO O EFEITO POTENCIAL DA ATITUDE (COM ESTÍMULOS)

Randomizar a apresentação de APENAS UM dos dois blocos: Bloco A (P10A+P11A) OU Bloco B (P10B+P11B).

Bloco A: P10A. Por favor, me diga o quanto concorda ou discorda das seguintes afirmações. (Leia todos os itens em ordem aleatória/randômica):

	Concorda muito	Concorda um pouco	Não concorda, nem discorda	Discorda um pouco	Discorda muito	Não sabe
a. O Estado deve exigir que os partidos políticos reservem espaço para mulheres em suas listas de candidatos, mesmo que tenham que excluir alguns homens.	1	2	3	4	5	99
b. O Estado deve exigir que os partidos políticos reservem espaço para pessoas negras em suas listas de candidatos, mesmo que tenham que excluir algumas pessoas brancas.	1	2	3	4	5	99

Bloco B: P10B. Por favor, me diga o quanto concorda ou discorda das seguintes afirmações. (Leia todos os itens em ordem aleatória/randômica):

	Concorda muito	Concorda um pouco	Não concorda, nem discorda	Discorda um pouco	Discorda muito	Não sabe
a. O Estado deve exigir que os partidos políticos reservem espaço para mulheres em suas listas de candidatos.	1	2	3	4	5	99
b. O Estado deve exigir que os partidos políticos reservem espaço para pessoas negras em suas listas de candidatos.	1	2	3	4	5	99